

2024-0.005.415-7 REINALDO HALLAK  
DEFERIDO  
DEFERIDO NOS TERMOS DA LEI 16642/17, DECRETO 57776/17 E SUAS REGULAMENTAÇÕES.  
2024-0.007.215-5 FABIO SANTOS FERREIRA  
INDEFERIDO  
INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17  
NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.  
2024-0.007.267-8 MTR 40 ADMINISTRACAO DE BENS LTDA  
INDEFERIDO  
INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17  
NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.  
2024-0.007.442-5 ROGER MIOTTO  
INDEFERIDO  
NOS TERMOS DO ART. 7 DA LEI N 16.642/17, PELA NAO SUBSCRICAO (?ACE ITE?) DE UM OU MAIS PROPRIETARIOS, POSSUIDORES E/OU PROFISSIONAIS HABILITADOS CADASTRADOS.  
2024-0.008.089-1 OTAVIO AUGUSTO LEITE DA ROCHA  
DEFERIDO  
DEFERIDO NOS TERMOS DA LEI 16642/17, DECRETO 57776/17 E SUAS REGULAMENTAÇÕES.  
2024-0.009.863-4 WILD GONCALVES FISCHER  
DEFERIDO  
DEFERIDO NOS TERMOS DA LEI N 16.642/17, REGULAMENTADA PELO DECRETO N 57.776/17.  
2024-0.010.245-3 ALECIO MARCON  
DEFERIDO  
DEFERIDOCONFORME LEI 16.642/17 REGULAMENTADA PELO DECRETO 57.776/  
17 E DECRETO 53.289/12 ALTERADO PELO DECRETO 54.787/14  
2024-0.010.246-1 REGINALDO SEIMITSU OKUSAKO  
DEFERIDO  
DEFERIDOCONFORME LEI 16.642/17 REGULAMENTADA PELO DECRETO 57.776/  
17 E DECRETO 53.289/12 ALTERADO PELO DECRETO 54.787/14  
2024-0.010.255-0 THIAGO LUIS RAPUANO  
DEFERIDO  
DEFERIDO, CONFORME LEI N 16.642/17, REGULAMENTADA PELO DECRETO N 57.776/17.

## SETOR DE AUXILIO FUNERAL

**Documento:** [11637746](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2024/0008496-8

**I** - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 63.124/2024, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **NEIDE MARQUES PANSERA**, inscrito(a) no CPF sob nº **846.319.708-63**, no valor de **R\$ 4.854,83 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos)** onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

**II** - Publique-se

**III** - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

**Documento:** [11635217](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2024/0008444-5

**I** - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 63.124/2024, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **ERLAN DOMINGUES DE OLIVEIRA**, inscrito(a) no CPF sob nº **713.757.598-68**, no valor de **R\$ 4.854,83 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos)** onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

**II** - Publique-se

**III** - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

**Documento:** [11637725](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2024/0008499-2

**I** - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 63.124/2024, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **EDUARDO**

**PESSOA ROSA**, inscrito(a) no CPF sob nº **052.187.118-29**, no valor de **R\$ 4.854,83 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos)** onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

**II** - Publique-se

**III** - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

**Documento:** [116554747](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2024/0008395-3

**I** - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 63.124/2024, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **ROMILDO JORGE CARNEIRO**, inscrito(a) no CPF sob nº **077.063.548-22**, no valor de **R\$ 4.854,83 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos)** onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

**II** - Publique-se

**III** - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

**Documento:** [116285627](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2024/0008430-5

**I** - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 63.124/2024, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **ADRIANA APARECIDA MUCCI DE ALENCAR**, inscrito(a) no CPF sob nº **261.870.968-35**, no valor de **R\$ 4.854,83 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos)** onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

**II** - Publique-se

**III** - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

**Documento:** [116552814](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2024/0008355-4

**I** - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 63.124/2024, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **ANTONIO JERONYMO**, inscrito(a) no CPF sob nº **222.250.568-20**, representado legalmente por SILVIA CRISTINA JERONYMO, inscrita no CPF sob nº 104.392.448-54, no valor de **R\$ 4.854,83 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos)** onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

**II** - Publique-se

**III** - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

**Documento:** [116351221](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2024/0008445-3

**I** - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 63.124/2024, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **MARIA EMILIA PERRONE LOMONACO**, inscrito(a) no CPF sob nº **088.781.498-02**, no valor de **R\$ 4.854,83 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos)** onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

**II** - Publique-se

**III** - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

**Documento:** [116284654](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2024/0006214-0

**I** - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 63.124/2024, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **ROGERIO FELIX GRACIANO DA SILVA**, inscrito(a) no CPF sob nº **315.629.998-77**, no valor de **R\$ 4.854,83 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos)** onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

**II** - Publique-se

**III** - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

**Documento:** [116554042](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2024/0008555-7

**I** - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 63.124/2024, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **NATANAELE REIS PIMENTA**, inscrito(a) no CPF sob nº **679.671.918-20**, no valor de **R\$ 4.854,83 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos)** onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

**II** - Publique-se

**III** - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

**Documento:** [116554400](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2024/0008187-0

**I** - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 63.124/2024, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **LUIS CLAUDIO DE MEDEIROS**, inscrito(a) no CPF sob nº **040.079.548-52**, no valor de **R\$ 4.854,83 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos)** onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

**II** - Publique-se

**III** - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

**Documento:** [116283020](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2024/0008435-6

**I** - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 63.124/2024, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **SIMONE CRISTINA EVANGELISTA**, inscrito(a) no CPF sob nº **104.138.728-82**, no valor de **R\$ 4.854,83 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos)** onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

**II** - Publique-se

**III** - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

## COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

**Documento:** [116584273](#) | **Despacho**

INTERESSADO: BANCO PAULISTA S.A - CNPJ 61.820.817/0001-09

ASSUNTO: Pedido de credenciamento junto a PMSP para oferecer "empréstimo e financiamento"

### **DESPACHO**

**I** - À vista dos elementos constantes do presente processo, em especial as manifestações do Núcleo de Consignações desta DRH/DGF (SEI [115080309](#)) desta Pasta, **AUTORIZO**, com fulcro no artigo 10 do Decreto nº 58.890, de 30 de Julho de 2019, o credenciamento da empresa BANCO PAULISTA S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 61.820.817/0001-09, como entidade consignatária facultativa, integrante do Sistema de Consignação em Folha de Pagamento da Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, objetivando a concessão de empréstimos consignado em folha de pagamento aos servidores ativos, aposentados e pensionistas.

**II** - **PUBLIQUE-SE.** Após, a este DRH para formalização do termo de convênio e atribuição, à entidade, dos códigos e subcódigos de descontos específicos e individualizados nos quais serão averbadas as consignações, de acordo com a modalidade para a qual foi credenciada.

## **Secretaria Municipal de Habitação**

### **CMH/CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO**

**Documento:** [116625811](#) | **Ata de Reunião**

**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMH - 8ª Gestão**

Data da Reunião: 24 de outubro de 2024.

Local: Viaduto do Chá nº 15, 7º andar, Centro, São Paulo (Auditório Ed. Matarazzo).

Aos vinte quatro dias do mês de outubro do ano 2024, às 14h00, nas dependências do Edifício Matarazzo, Viaduto do Chá nº 15, 7º andar, Auditório, centro, em São Paulo, reuniram-se para a 10ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação - 8ª Gestão, conforme lista de presença, os **membros (as) e Conselheiros (as) presentes:** Sidney Nery (SEHAB), Eric Rodrigues Oliveira (SEHAB), Maiara dos Santos Dias (SMUL), Luciana Bertolini Bezerra (SMUL), Fabíola Varanda Correia Leite (SF), Mônica Terezinha Bartie Rossi (CDHU), Cristina Pimenta Nunes (COHAB), Luiz Eduardo de Oliveira Camargo (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo), Aginaldo da Silva França (ANESF), Paulina Maria da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde), Sônia Aparecida da Cruz (Centro Educacional Instituto Freire), Simone de Castro Melo (CIPROMP-SP), Vera Eunice Rodrigues da Silva (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste), Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Osmar Silva Borges (CPIS), Romaine Catrine Mouniz da Silva (MSTI), Carlos Antônio Mattos (Associação Comunitária Fazenda do Carmo), Vanilde Aquino dos Santos (Associação de Mulheres Santa Terezinha), Miguel Gomes Lima (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste - Residencial City Jaraguá), André Delfino da Silva (MDF), Vani Poletti (MOHAS), Eliete Calisto da Cruz (CPIS), Álvaro Augusto Andrade Vasconcellos (APEMEC), Geni da Fonseca Monteiro (APOIO - Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste), Renata Miron de Aguiar (Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado), Heloisa Bergamin Retamero (CAU-SP), Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP), Nelson Saule Junior (OAB-SP), Nunes Lopes dos Reis (PEABIRU), Josileide Neri de Oliveira (SINTRACONSP), Joséli Martins Pereira (APOIO - Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste), Noemi Yumi Rodriguez (Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado), Aristeu Zensaburo Nakamura (Instituto de Engenharia de São Paulo) e Erich Aby Zayan Feldberg (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo).

**Convidados (as) presentes:** Maria Helena Ferreira de Almeida (SEHAB/SECMH), Mônica Hassein Nasser (SEHAB/SECMH), Ana Maria Maluf Moussalli (COHAB), Kátia Silene Batista dos Santos (SEHAB/GABINETE), Rogério Aparecido Pereira Frontelli (SEHAB/ASSIST), Tiago Dias (SEHAB/GABINETE), Raíla do Nascimento (SEHAB/IMPREENSA), Denise Vitória B. M. dos Santos (SEHAB/CTS), Sandra do Carmo Carvalho (SEHAB/Mediação Conflitos), Leon Jacques Victor Cavalcante de Lima (SEHAB/ASSIST), Juliana Bueno Brandão Sanches Correa (SEHAB/SEGES), Qucila Birsá Matarazzo Albernaz (SEHAB/DEPLAN), Dulce Helena dos Passos Santana (Taqigrafia), Entre outros. **Conselheiros (as) ausentes:** Milton Vieira Pinto (SEHAB), Nilson Edson Leônidas (COHAB), Sílvio Eugênio de Lima (SEHAB), João Cury Neto (COHAB), Edson Ortega Marques (COHAB), Marcela Cristina Arruda Nunes (SEGES), Sidneia Maria Correia Leite (SIURB), Bruna Eloisa Larossi Xavier Cruz (SMADS), Glacy Maria Antonia Gonçalves (SEHAB), Rodrigo Mendes Romão (CEF), Gilberto Barbosa dos Santos (SEHAB), Cyntia Fugli de Oliveira (SEHAB), Luciana de Souza Braga (SGM), Adria Giaccheri (SIURB), Tatiana Robles Seferjan (SEGES), Cristiane Figueiredo Afonso Marques (SMUL), Sibelê de Fátima Moraes Silva Delanize (SMUL), Wilson Cabral da Silva (SF), Sueli de Paula Santos (SMADS), Daniel dos Santos Barbieri (CDHU), David Prando Cotta (CEF), Luiz Fernando de Pontes (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo), Maksuel José da Costa (MSTI), Maurício Domingues de Sousa (Associação Comunitária Fazenda do Carmo), Nair Francisca Delatin (Associação Comunitária e Beneficente do Jardim Santa Adélia), Orlandina Rodrigues Matias (Associação de Mulheres Santa Terezinha), Fernando Antônio dos Santos Junior (ULCM), Fábio Monteiro de Lima (Movimento dos Trabalhadores sem Terra Leste I), Sheila Cristiane Santos Nobre (MOHAS), Jomarina Abreu Pires da Fonseca (INCLUSA - Associação em Defesa dos Direitos Humanos e Inclusão Social), Maria de Fátima Lacerda Laranjeira (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo), Wellington Adriano da Silva (ANESP), Heleny Oliveira da Silva (Associação Comunitária e Beneficente do Jardim Santa Adélia), Alexandro Fernandes da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde), José Tadeu Pedrosa (Centro Educacional Instituto Freire), Eugênio Tadeu Bernardes (CIPROMP-SP), Fredson Almeida Lima (AHD), Sandra Febroni Leite (Associação Estrela Guia dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Welita Alves Caetano Ribeiro (INCLUSA - Associação em Defesa dos Direitos Humanos e Inclusão Social), Isadora de Andrade Guerreiro (FAU-SP), Adriano de Assis Lateri (Força Sindical - SP), Edson Ramos (UGT-SP), Ana Luiza Patriota Costa Crevelaro (APEMEC), Renato Abramowicz Santos (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), Rayssa Cortez (CAU-SP), Tales Fontana Siqueira Cunha (FAU-SP), Carlos Augusto dos Santos (Força Sindical - SP), Ana Gabriela Akaishi (IAB-SP), Fernando Guilherme Bruno Filho (OAB-SP), Adelson Bassi Júnior (Peabiru Trabalhadores Comunitários e Ambientais), Sueli Ramos de Lira (SINTRACONSP) e Jeruse de Avila Gorziza (UGT-SP). **Conselheiros justificaram ausência:** Daniela Ferrari Toscano de Britto (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo), Celso Aparecido Sampaio (Universidade Presbiteriana Mackenzie), Ceci Soares Krahenbuhl Piccini (SECOVI-SP), Débora Sanches (Universidade Presbiteriana Mackenzie), Sheila Costa Marcolino (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), Mauro Marcondes Pincherle (SECOVI-SP) e Marcos Moliterno

(Instituto de Engenharia de São Paulo). **Pauta da Reunião: Item 1-** Aprovação da Ata da 9ª Reunião Ordinária da Plenária do CMH de 22/08/2024. **Item 2-** Eleição do CMH 9ª Gestão 2025-2027 - Formação da Comissão Eleitoral do CMH de 2024. **Item 3-** Informes sobre Indicação de Demanda Vila dos Idosos/Programa Locação Social. **Item 4-** Apresentação da proposta PLOA 2025 - SEHAB - Planejamento Orçamentário. **Item 5-** Outros assuntos. **Início Reunião:** O Secretário agradeceu a presença de todos. Constatado quórum, deu início à reunião. **Item 1-** Aprovação da Ata da 9ª Reunião Ordinária da Plenária do CMH de 22/08/2024, que foi aprovada por unanimidade. Passando ao item 2 da nossa pauta, que trata da eleição do Conselho Municipal de Habitação, referente à 9ª Gestão, no período de 2025 a 2027, que diz respeito à formação da Comissão Eleitoral do CMH em 2024. **Sra. Mª Helena:** Então, como na reunião anterior ficamos de formar a Comissão, porque estamos com o prazo muito curto, aí vocês decidiram passar para esta reunião agora da plenária. Então, nós estamos aqui, o mandato vai extinguir agora, da 8ª gestão em março de 2025, então precisamos formar essa Comissão para dar andamento na eleição que vai ocorrer agora em 2025. Então, nós vamos precisar que vocês indiquem hoje, conforme o Aginaldo falou, que era para indicar presencialmente, preciso da indicação de três dos Movimentos populares e três da Sociedade Civil. Nós do Poder Público já temos na nossa formação, foram indicados já, a Cristina, que é a Presidente, a Mônica do CMH, e eu Maria Helena, que também trabalho no CMH, que vamos fazer parte da Comissão. Precisamos sair com os nomes hoje, para já poderemos marcar as reuniões. Aí o que acontece? Nós já tivemos contato lá, a primeira reunião com o pessoal da PRODAN, 23 de agosto fizemos uma reunião virtual. E nessa reunião virtual, demos um cenário, como que foi em 2022, vamos tentar fazer nos mesmos moldes da última edição, que agora nós temos o Descomplica, que veio nos ajudar muito, que antes foi feito na Subprefeitura, e agora vamos fazer pelo Descomplica, que tem mais umas condições de estrutura melhor. E aí foram passadas algumas regras da eleição, nós falamos sobre a prestação do serviço, que a PRODAN vai fornecer para nós o outro sistema, e no final faz uma apresentação para Comissão, uma prévia como que vai ser a eleição, tudo, e tivemos esse feedback aí com a PRODAN. Então, a Comissão, ela é importante por que? Vamos trabalhar com uma Minuta do edital, que já estamos elaborando. E aí o que acontece? Nessa Minuta, vamos promover todos os andamentos, como que vai ocorrer a Comissão, como vai ocorrer as inscrições, como que vai ser colocado nos sistemas, como os inscritos, as chapas vão ser colocadas no sistema. E precisamos que as pessoas que vão ser indicadas da Comissão tem que ter uma expertise, porque é uma coisa bem rígida. Então, para não que ocorra muitos problemas. Então, o Prefeito que aprova o decreto, onde vai ter a quantidade de servidores que vão trabalhar conosco na eleição. E a COHAB presta um serviço para nós de cadastrar as pessoas que vão trabalhar. Então, a COHAB é parceira, ela faz um trabalho de parceira conosco. Ainda estamos entrando em contato com o pessoal para fazer o website, que são as inscrições para as entidades poder participar. E aqui nós temos o que aconteceu na última eleição de 2022. Estamos dando só uma prévia. Então, foram 46.908 pessoas votantes. Tivemos quatro chapas que foram homologadas. E aqui foi um cenário de como que ficou, foram duas chapas que tiveram maior votação. Uma chapa ficou com nove entidades cadastradas, e a outra chapa ficou com sete. E é isso, aí nós estamos agora correndo o mais rápido possível para que a eleição ocorra até fevereiro de 2025. Então, vamos passar as fichas de inscrição, pode passar. **Sr. Nelson:** Tenho uma dúvida, pelo que vi no slide, se entendi bem, quem for participar da Comissão eleitoral não pode ser candidato depois pelo Conselho. **Sra. Mª Helena:** Não. **Sr. Nelson:** Então, mas não ficou claro se é a pessoa ou se é a entidade, por exemplo. **Sra. Mª Helena:** Então, o que acontece, o edital é para Movimentos Populares e a Sociedade Civil. O que acontece. Você vai indicar alguém da OAB. A pessoa que vai ser indicada a OAB para fazer parte da Comissão, ela não pode ser inserever para fazer parte da eleição. Porque, geralmente o que acontece com a Sociedade Civil. A Sociedade Civil, ela tem mais cadeiras. Então, não existe eleição na Sociedade Civil. Então, nós temos 16 representantes da Sociedade Civil, mas sempre não consegue atingir o número máximo para fazer eleição, porque são sindicatos, universidades. Então, não chega fazer a eleição para a Sociedade Civil, porque tem mais cadeiras do que a demanda. OAB, por exemplo, OAB é uma entidade que não tem concorrência. E aí o que acontece? Aí geralmente na hora de fazer o edital, aí a OAB vai indicar um suplente e um titular. Não vai ter nenhuma concorrência com ela. Não existe uma concorrência. Então, por isso que geralmente não se tem eleição na Sociedade Civil. Porque na hora da homologação não tem indicados para compor toda cadeira. Então, vamos supor, vocês vão indicar uma pessoa para fazer parte da Comissão. Essa pessoa que vai ser parte da Comissão, ela não pode ser indicada para concorrer na eleição. **Sr. Nelson:** Vou pegar uma situação bem concreta. Porque você está falando da OAB indicar. Porque quem está concorrendo pela OAB sou eu e meu colega suplente. Então, a princípio, ou sou eu, ou é o meu colega Fernando. **Sra. Mª Helena:** Isso. **Sr. Nelson:** Não é que a OAB vai agora pensar em outro nome, só para ficar claro isso. **Sra. Mª Helena:** Não, aí o que acontece? Dentro da Sociedade Civil tem que ser três representantes, seja OAB, ou Mackenzie. Então, tem que chegar a um consenso quem vai representar na Sociedade Civil. **Sr. Nelson:** Posso indicar uma pessoa que não é do Conselho? **Sra. Mª Helena:** Pode ser uma pessoa que não seja do Conselho. A princípio o que nós estamos indicando é para Comissão. Para eleição é uma outra situação. **Sr. Nelson:** Qual é o prazo? **Sra. Mª Helena:** Queremos fechar hoje. Deixar fechada aqui uma data até para começar as reuniões. **Sr. Nelson:** Vou fazer uma consulta aqui, ver se até o fim da reunião. **Sra. Mª Helena:** Então, foram distribuídas as fichas, vocês precisam passar quem são pessoas que

estão sendo indicadas. **Sr. Sidney:** Enquanto vocês preenchem, vou lendo aqui: "A Secretaria Executiva do CMH informa que em 21/3/2025 irá se expirar o mandato dos membros da 8ª Gestão do Conselho Municipal de Habitação e que para a instalação de um novo mandato do Conselho é necessária a formação de uma Comissão Eleitoral a partir de indicações a serem feitas pelos Conselheiros. Essa Comissão Eleitoral será composta de 3 membros do Poder Público, 3 membros da Sociedade Civil e 3 Membros dos Movimentos Populares ligados à área habitacional. Quem fizer parte da Comissão Eleitoral não poderá vir a concorrer no processo eleitoral, por força dos dispositivos legais: Lei 13.425/2002 e Resolução CMH nº1/2003. Aquelas entidades que desejem fazer parte da seleção da Comissão Eleitoral devem preencher o formulário em anexo e indicar seu representante para aprovação dos nomes na 10ª Reunião Ordinária do CMH a ser realizada em 24/10/2024." Esses são os termos. Então, enquanto os senhores preenchem, eu vou então aqui dar continuidade à pauta para o item 3, que diz respeito aos informes sobre indicação de demanda da Vila dos Idosos Programa Locação Social. Convido aqui para fazer parte dessa apresentação a senhora Luciana, que é da Coordenadoria de Trabalho Social da Secretaria de Municipal de Habitação. Luciana, por favor, você tem a palavra. Obrigado. **Sra. Luciana:** Bom, boa tarde a todas e todos, todas as conselheiras e todos os conselheiros. Eu sou a Luciana, sou assistente social da Coordenadoria de Trabalho Social da Secretaria Municipal de Habitação. Como já anunciado, nós vamos informar sobre uma Minuta de Portaria que foi elaborada, que indica os critérios de seleção para a indicação de pessoas idosas para o empreendimento da Vila dos Idosos, do Programa Locação Social. Como se sabe, anteriormente tinha-se um entendimento na SEHAB, na Coordenadoria de Trabalho Social, que o Programa Locação Social atendia somente as famílias de demanda fechada. Demanda fechada são aquelas famílias que a SEHAB remove. Demanda aberta são aquelas famílias que são mostradas no site da COHAB. Uma explicação bem breve. E considerando as unidades vazias do empreendimento da Vila dos Idosos, que hoje nós temos 42 unidades vazias. Só um parênteses, antes eu gostaria de apresentar a equipe técnica da DPS Centro, que é a Dayana, a Coordenadora Social, a Regina e a Débora, que são assistentes sociais que acompanham os empreendimentos do Locação Social. Havia essa necessidade urgente de preencher essas unidades vazias do Vila dos Idosos. Considerando essa compreensão da demanda fechada, foi feito um levantamento das pessoas idosas cadastradas na COHAB, que atendiam os critérios iniciais. Foi feita a identificação de mais ou menos 225 pessoas que atendiam os critérios do locação. Depois dessa identificação, somente oito concordaram em conhecer o empreendimento. Algumas famílias foram conhecer, verificando a questão de distância, de ficar um pouco longe da rede, sabendo que essas famílias são as cadastradas na SEHAB, como fazem parte da demanda fechada. Então, apenas oito foram conhecer o empreendimento, e dessas oito, apenas uma aceitou, de fato, residir na Vila dos Idosos. Então, diante desse cenário e diante da necessidade de preencher essas vagas, nós pensamos, considerando todos os materiais que já haviam sido produzidos de um bom tempo, já tem uns três anos, que DPS junto com o DEPLAN foi falando desse assunto, enfim. Então, considerando todos os materiais que já haviam sido produzidos, foi laborar uma Minuta de Portaria que se pensou em ampliar um pouco mais essa possibilidade de atendimento na Vila dos Idosos. Então, nós vamos informar para vocês hoje. Só lembrando também que essa Minuta de Portaria não altera em absolutamente nada as regras já existentes do Programa Locação Social. Não altera nem a Instrução Normativa, acho que é 02, nem a Resolução do CMH, que aprova o Programa Locação Social. E considerando também que o Decreto 61.282, ele diz que a indicação de famílias para os empreendimentos de Locação Social, ela deve constar em Portaria específica do Secretário Municipal de Habitação. **Sra. Samira:** Quería tirar uma dúvida. Por que chegamos nessa situação de ter 42 imóveis vazios. **Sra. Luciana:** Vou falar, mas o pessoal da Centro, que tem mais propriedade, já acompanhou há mais tempo o assunto. Os empreendimentos de Locação Social, eles são indicados à demanda principal e é formada uma lista e suplência. O empreendimento Vila dos Idosos, a lista de suplência esvaziou-se, foi atendido todo mundo e depois foi pedida a lista de suplência. A lista de suplência esvaziou-se, e ficou durante um tempo discutindo a elaboração da normativa para fazer uma nova chamada. **Sra. Samira:** Mas há quanto tempo o primeiro imóvel que ficou vazio? Porque são 42. São 160 apartamentos lá? **Sra. Luciana:** 140. **Sra. Samira:** É bastante. **Sra. Luciana:** Sim, sim. O primeiro imóvel a ficar vazio não lembro. **Sra. Débora:** Acho que foi em torno de uns dois anos, aproximadamente uns dois anos, porque muitos ficaram liberados. Tem o tempo também da reforma dos empreendimentos pela COHAB, isso em relação à disponibilidade para ocupação imediata. Mas internamente teve tempo da construção do regramento específico para ocupação, da aprovação, jurídico e agora aqui estamos no ponto da apresentação. **Sra. Renata:** Entendi a explicação, mas sabemos, acompanhamos que tem apartamento há dois anos fechado, que não teve reforma ainda. Então, apartamentos que estão fechados, quanto tempo eles ficam para esperar uma reforma para depois ser ocupado? Só para entendermos que isso não é um problema de hoje, é um problema que vem há quase três anos, se não me engano, numa cidade em que existe um déficit gigante de moradia, enfim, uma série de questões. Então, só para entender, vocês têm registro de quantos apartamentos estão fechados, aguardando reforma e por quanto tempo? **Sra. Fátima:** Boa tarde a todos e todas. Tenho aqui uns questionamentos para colocar. **Sra. Luciana:** Vocês não querem primeiro esperar a apresentação da Minuta? **Sra. Kátia:** Peguei o microfone para justificar o que de fato acontece. Existe uma gestão que é feita pela COHAB, que é a gestão da reforma dos imóveis, não só desse específico do Locação Social ou locação para idosos, mas todos os

empreendimentos de Locação Social, eles passam por reforma, todos eles. Antes de, quando uma unidade é desocupada e ela vai ser ocupada, existe a necessidade de uma reforma. Essa reforma não é feita pela Secretaria de Habitação, essa reforma é feita pela COHAB. Tem um departamento específico que trata dessas reformas. Então, só para dividirmos, porque o que a Luciana está tentando colocar, só para justificar justamente por conta da pergunta da Renata. Assim, existe a equipe da COHAB que trata da questão do reparo dos imóveis, das manutenções e das reformas. E existe a equipe de Divisões de Trabalho Social que necessita que isso aconteça para, inclusive, indicar os idosos. Hoje, diferente do que aconteceu no passado, a COHAB e a SEHAB tem uma interlocução muito boa. Então, hoje nós estamos conseguindo indicar as famílias de acordo com a finalização dessas reformas. Entenderam? O que eles estão fazendo aqui é apresentar uma Minuta de critérios, que são os critérios que vão ser utilizados para que essa demanda não fique no vácuo, e no vácuo esperando uma lista de suplência. Por isso que eles fizeram toda essa composição com outras Secretarias, para que essa indicação se desse da melhor maneira possível e não ficassem com essas unidades ansiosas. Inclusive, mesmo as que estão prontas para ocupação, precisávamos que houvesse primeiro essa regulamentação aqui. Entendeu? A regulamentação é uma coisa. Eu entendi sua pergunta, Renata. Entendi o que você colocou, só que eu acho que essa pergunta precisa ser feita para a equipe de manutenção, porque realmente nós não temos esses dados, eu acredito que não existam esses dados aqui, por parte da Secretaria. **Sra. Renata:** Então, só para completar a pergunta, fica registrado, a gente vem um outro momento para sabermos essa resposta. Eu entendo que não é a Secretaria dela, mas entendo que é dentro do Governo, da COHAB, enfim. Então a pergunta tem que ser muito clara. Existe um registro? Qual é esse registro? Do dia que esses apartamentos ficarem vazios, desocupados, o tempo que demorou essa reforma, ou quem está esperando reforma, por quanto tempo demora uma reforma, quanto tempo é uma reforma média, e quanto tempo está vazio esperando pessoas, famílias. Eu estou dizendo isso porque, quando ela me fala em dois anos, quase três, e se formos as contas, parece-me uma quantidade de tempo muito grande comparado com as necessidades que temos na cidade, e precisamos entender onde está esse problema e onde está esse gargalo. Temos que identificar para corrigir, porque é muito grave termos um quarto de um empreendimento vazio, é um quarto de um empreendimento vazio, quase um terço de um empreendimento vazio. É ruim, inclusive, para quem está morando lá, eu imagino, e quantos idosos estão aqui na fila esperando. Podem levantar quem está esperando. Todos os idosos estão esperando aí para morar na fila dos idosos? **Sra. Fátima:** Então, gente, são os idosos, que vocês falaram que não tem idosos, todos os idosos que querem morar na Vila dos Idosos. E eles estão na lista da COHAB, estão cadastrados aqui na Secretaria. Alguém foi chamado aqui? Vocês estão aqui dos idosos? **Srs. ... Não.** **Sra. Fátima:** Então, é um absurdo. **Sra. Samira:** Então, já que estão todos cadastrados na lista da COHAB, qual é o critério aí da lista da COHAB para eles não terem sido convocados, desses 250, que só um aceitou? **Sra. Luciana:** Na verdade, as famílias chamadas não foram da lista da COHAB, foram da demanda fechada da SEHAB. Então, da fechada, as famílias da SEHAB remove e estão recebendo o auxílio aluguel, aguardando atendimento definitivo. **Sra. Fátima:** Por que está sendo só da lista fechada da SEHAB? Contando que a Vila dos Idosos é uma parceria com o GARMIC, e que era metade, metade de atendimento. Por que as famílias do GARMIC, que são todos os idosos, que tanto estão cadastrados no poder público, como estão cadastrados na fila do GARMIC, e tanto que foi entregue também a lista do GARMIC na SEHAB. E por que mil deles foram chamados? **Sra. Luciana:** Como eu falei bem no início, na abertura, o entendimento que se tinha, a compreensão que se tinha, e a legislação que era possível nos pautarmos, era que apenas famílias da demanda fechada poderiam ser atendidas nos empreendimentos de Locação Social. Com a publicação do Decreto 6182, que amplia essas possibilidades. E considerando o material que nós já havíamos produzido ao tempo, foi elaborada essa Minuta de Portaria que possibilita essa amplitude. Uma possibilidade de maior atendimento da política de habitação para o Programa Locação Social. E lembrando também que aqui nós vamos tratar apenas do empreendimento Vila dos Idosos. Há mais empreendimentos do Programa Locação Social, mas essa Minuta de Portaria, ela se refere apenas à Vila dos Idosos. **Sr. Sidney:** Uma questão de ordem aqui. Eu fui informado ainda há pouco pela força policial e também pela lei federal. Nós estamos aqui dentro de uma repartição pública, e é vedado qualquer tipo de manifestação política indicativa eleitoral. Então, já foi identificada a pessoa, não vou falar o nome, mas realmente não pode fazer menção a número aqui dentro, porque senão a polícia vai retirar. Este é só o informe da mesa, chegou aqui para mim neste momento, estou só compartilhando com os senhores conselheiros e conselheiras que isso é vedado. Só pela ordem. Pela ordem também, até para dar direção nos nossos trabalhos, vai fazer aqui a apresentação e depois abre a questão das perguntas. Ok? Por favor, senhora tem a palavra aí com relação à apresentação. **Sra. Samira:** Realmente é anterior à apresentação, porque estamos tentando entender o processo, que aqui entendo que já é proposta. Não é? **Sra. Luciana:** Sim. **Sra. Samira:** Posso tirar só uma dúvida, que ainda é do processo? **Sr. Sidney:** Pois não, fica a última dúvida então para você tirar, e passamos à apresentação. **Sra. Samira:** Só para entender, que então a demanda foi tirada dentro da demanda fechada da SEHAB do todo mundo que está em auxílio aluguel? **Sra. Luciana:** Isso. As famílias que atendem, claro, existem os critérios. Os critérios de atendimento do Programa Locação Social, que são definidos na Instrução Normativa 02 de 2003. **Sra. Samira:** Sim, mas só uma dúvida. Qual que é o número hoje de famílias em auxílio aluguel? **Sra. Luciana:** Acho que nós temos mais ou menos 20 mil, 21 mil, mais ou menos. **Sra. Samira:** É,

acho que é mais até. Só tem 250 famílias? **Sra. Luciana:** Identificadas inicialmente. **Sra. Samira:** Obrigada. **Sr. Sidney:** Pela ordem, prossiga então na sua apresentação, para depois abriremos a palavra para os senhores conselheiros e conselheiras. **Sra. Luciana:** Como já falado, essa é uma Minuta de Portaria, que trazemos aqui hoje a título de informação para vocês, para definir como que será feita a indicação de pessoas idosas para serem atendidas pelo Programa Locação Social no empreendimento Vila dos Idosos. Então, a referida Portaria refere-se especificamente às regras de seleção para o empreendimento Vila dos Idosos. Não há pretensão em alterar as regras do programa como um todo. É algo específico para Vila dos Idosos. Então, é importante ressaltar que não haverá alteração das regras referente ao Programa Locação Social, considerando os normativos vigentes, que são o Decreto 61282, a Resolução do CMH 23 de 2002 e a Instrução Normativa 01 de 2003. E o objetivo dessa Portaria é estabelecer critérios, cursos e procedimentos para identificação, habilitação e priorização da demanda de pessoas idosas a serem atendidas no empreendimento Vila dos Idosos. Bom, e no Artigo 2 da Minuta de Portaria diz o seguinte, que isso foi o que alterou: "O atendimento habitacional no empreendimento Vila dos Idosos será composto por pessoas idosas que compõem demanda aberta, demanda fechada ou demanda por reassentamento do município de São Paulo, cadastrados na Companhia Metropolitana de Habitação, que é a COHAB." É o parágrafo único desse artigo 2. "Podem também ser atendidas pelo Programa Locação Social no empreendimento Vila dos Idosos, mediante solicitação de SEHAB, pessoas idosas acompanhadas pela rede de serviços sócio assistenciais vinculadas à SMADS e pessoas idosas vinculadas à Secretaria Municipal de Direitos Humanos, especificamente a Coordenadoria Política Pública para Pessoas Idosas." Então, no caso, como aconteceu o que aconteceu agora, a SEHAB, fazendo avaliação da sua demanda fechada, não tem um número de idosos suficientes, a SEHAB poderá solicitar indicação de pessoas idosas dessas Secretarias. Considerando que o Conselho Municipal de Idosos é vinculado a Direitos Humanos e, especificamente, à Coordenadoria de Política Pública para a Pessoa Idosa. Bom, e quais são os critérios de enquadramento, habilitação e seleção dessas pessoas? Cumprir os requisitos de elegibilidade do Programa Locação Social, nos temos a Resolução do Conselho Municipal de Habitação, que é a Resolução 23 de 2002, e a Instrução Normativa 01 de 2003. Ser pessoa idosa com mais de 60 anos, com autonomia e independência compatível com a moradia autônoma. A pessoa precisa ter autonomia para cumprir as suas atividades da vida diária. Não ser atualmente proprietário, proeminente comprador, possuidor a qualquer título ou concessionário de outro imóvel. Nunca ter sido beneficiário de atendimento habitacional também. Cumprir os requisitos de renda, disposto no Decreto 61.282, que diz que podem ser atendidas famílias de 1 a 3 salários mínimos, ou de 1 a 6 salários mínimos. Ser pessoa idosa na condição de titular do cadastro que compõe a demanda aberta, demanda fechada ou demanda de reassentamento no município de São Paulo. Outro critério também, é ter composição familiar compatível com a tipologia do empreendimento. E considerando também o regimento interno de cada empreendimento. O regimento que estiver em vigor na época da indicação. E serão priorizados os seguintes componentes de vulnerabilidade. Porque, veja bem, digamos que há as pessoas indicadas lá ou da demanda fechada ou indicadas por outras Secretarias, digamos assim, e dentro dessas famílias serão priorizadas as seguintes situações de vulnerabilidade. Pessoa idosa com deficiência, pessoa idosa em situação de violência doméstica, pessoa idosa maior de 80 anos, de acordo com o Estatuto do Idoso há essa priorização. Pessoa idosa com ônus excessivo de aluguel acima de 30% do comprometimento de renda. Organizadas as listas das pessoas, e verificadas essas vulnerabilidades, e de acordo com a tipologia habitacional de cada empreendimento, será iniciado o processo de pontuação das famílias. Conforme os componentes de vulnerabilidade apresentados nos itens do artigo 4. Sendo atribuído um ponto para cada componente de vulnerabilidade identificada. Então, a cada vulnerabilidade será atribuído um ponto para depois se formar uma hierarquização. Primeiro, segundo, terceiro, considerando o número de vagas disponíveis. Caso haja empatas, várias famílias empatadas. Digamos que cinco famílias ficaram com 2 pontos, com 3 pontos. Como que é feito? Quais são os critérios de desempate? Será tratado como critério de desempate, o titular com idade mais elevada, a menor renda per capita e maior tempo de cadastro, seja na COHAB ou seja na demanda fechada da SEHAB mesmo. E persistindo o empate, será realizado sorteio por meio do sistema eletrônico da COHAB. Como devem saber, o Programa Locação Social tem por órgão operador, a COHAB e órgão gestor, a Secretaria Municipal de Habitação. Bom, e na impossibilidade de atendimento das pessoas que estão hierarquizadas, considerando o número de unidades disponíveis. A pessoa idosa selecionada, caso ela não, por algum motivo, não queira ser atendida. Será chamada a próxima pessoa hierarquizada da lista. Então exemplo, digamos que Dona Maria ficou em décimo, mas por algum motivo Dona Maria não quer ser atendida, então vai ser chamada décima primeira. Aqui são situações, porque quando nós fizemos o levantamento com as famílias de demanda fechada da SEHAB, muitos recusaram o atendimento. Porque elas diziam - "Eu fui removida há não sei quanto tempo atrás, eu estou no auxílio-aluguel, eu estou aguardando o meu atendimento definitivo. Se eu for atendido pelo Locação Social, o que vai acontecer? Eu vou sair da lista de demanda fechada da SEHAB?" Então esses foram os pontos também que impediram esse atendimento. Então se as pessoas indicadas, atendidas no Programa Locação Social na Vila dos Idosos estiverem cadastradas na demanda fechada ou demanda por reassentamento da SEHAB, poderão permanecer na listagem para o futuro atendimento definitivo, desde que atendam os requisitos e critérios de legislação municipal. Porém, terão

atendimento provisório de auxílio-aluguel suspenso durante o tempo que estiverem residindo no empreendimento Locação Social. As pessoas idosas habilitadas para o atendimento habitacional pelo programa no empreendimento Vila dos Idosos em posição acima da quantidade de unidades habitacionais disponíveis formarão a lista de suplência, que é para não acontecer o que aconteceu. Então, digamos que hoje nós temos 42 vagas, mas que sejam hierarquizadas 82. Então as 42 primeiras serão atendidas e as demais formarão a listagem de suplência, já hierarquizada e à medida que as unidades forem ficando vazias, vão ser chamadas as próximas pessoas. Acho que é isso. Sei que agora tem várias dúvidas, mas por enquanto é isso. **Sr. Sidney:** Obrigado, Luciana. Agora os senhores conselheiros que desejarem a palavra, por favor, peçam o microfone e possam tirar sua dúvida e pedir seus agradecimentos. Obrigado. Maria de Fátima, por favor. **Sra. Fátima:** Eu atentei na apresentação que vocês colocaram aí. O companheiro me perguntou aqui onde passou essa Resolução, acredito que seja pelo Serviço Social, porque não passou essa Resolução aqui dentro do Conselho. Mas dentro dos artigos, somente atentei ao artigo 2, que fala de demanda aberta e demanda fechada. Então, pela demanda aberta, eu acredito que não dá só para atender a Secretaria e esses critérios que você colocou, que não tem mais, porque os idosos não quiseram ir para lá. Até agora você colocou o argumento que eles estão atendidos, claro que uma vez atendido, não será mais atendido. Se ele for para a Vila dos Idosos ele já está sendo atendido. Entendemos como isso. Então, eu tive acesso aqui a uma lista de idosos, 80, 72, 76, e acredito que essa lista aqui já esteja dentro da Secretaria de Habitação que foi protocolada. Então, esses idosos aqui, deveria não só estar aqui na mão aqui do GARMIC. Ele está na Assistência Social, ele foi para o Conselho dos Idosos e ele está protocolado também via SEI dentro do processo aqui dentro da Secretaria de Habitação. Então, eu acredito que todos esses idosos que estão nessa lista aqui eles atendem aí a resolução que você colocou ali. Todos eles. Então, nós queremos uma explicação por que esses idosos que estão todos aqui e estão todos nessa lista não está sendo também chamado desde que essa lista esteja na Secretaria. E por que a diferença? Eles são idosos de 70, 80 anos e que atendem aos critérios. Então, nós queremos essa explicação por que esses idosos não podem ser atendidos na Vila dos Idosos. Então, na ausência desses idosos que não está tendo e mesmo que seja uma demanda aberta, o artigo 2 ali ele pode ser atendido sim. Então, precisamos de uma explicação por que não estão sendo chamados esses idosos aqui. **Sr. Sidney:** Só dar um esclarecimento aqui Conselheira Fátima. Nós recebemos lá na Secretaria Municipal de Habitação a Conselheira com um grupo de idosos, que foram lá conversar conosco. E na ocasião foi apresentada essa relação. Depois disso, nós já fizemos algumas reuniões internas e convidamos o pessoal da Secretaria Municipal de Direitos Humanos - SMADS, e estamos inclusive verificando porque eventualmente alguns desses idosos já constam lá em atendimento na Secretaria, e estamos fazendo um levantamento interno na COHAB e com as outras Secretarias. Está depois de criar o critério. O que se vê aqui hoje, é que nunca foram estabelecidos critérios. E hoje vemos aqui, como a Kátia falou no começo, estamos aqui hoje regulamentando e trazendo aqui a possibilidade de ter um regimento de forma clara, explícita, mas jamais deveria expurgar ou extrair alguém por qualquer tipo de movimento. Nós estamos aqui de forma desprendida, desprendimento ideológico, nós estamos realmente fazendo um trabalho para os idosos, porque todo mundo aqui vai ser idoso e tem mãe idosa e tem pai idoso, nos colocamos no lugar, só queremos fazer o regimento da política pública. Então, diante disso é que nós tomamos a liderança, recebendo você lá na Secretaria da Habitação, e estamos movimentando realmente para que tenhamos esse regimento de forma explícita para todos. Obrigado. **Sra. Luciana:** E só acrescentando também a resposta do Secretário, a pergunta da conselheira Fátima. Na verdade, essa é uma Minuta de Portaria e ela ainda não foi publicada. Então os regimentos presentes nessa Minuta de Portaria irão começar a ser cumpridos, e esse processo de chamamento irá começar a ser feito mediante a publicação dessa Portaria. O processo SEI com essa Portaria, nós podemos solicitar a indicação da demanda de Direitos Humanos e de SMADS. Eles foram enviados para essas duas Secretarias para análise, e assim que retornar para SEHAB, já vai seguir com processo de publicação. **Sr. Sidney:** Pela ordem quem pediu a palavra. Primeira a Verinha, por favor. **Sr. Aginaldo:** A Verinha está fazendo aniversário hoje. **Sra. Vera:** Então, gente, fiquei chocada, porque estou hoje completando mais um ano de vida, já é o segundo aniversário meu que eu comemoro junto em reunião do Conselho. Estou jovem, muito jovem. Confesso que a idade que estou fazendo hoje, eu me sinto uma menina muito jovem. Mas eu fico indignada. É sério, gente. De olhar uma lista aqui, pessoa com 92, 94 anos de idade não tem direito, não tem acesso a uma moradia, Secretário. Sabe, isso é chocante, gente. Isso é chocante. Temos que respeitar esses idosos. Eu tenho meus pais. Meu pai tem 85 anos. Minha mãe tem 83 anos. Eles têm casa, graças a Deus. E a gente vê toda pauta do Conselho, que não é a primeira vez. Eu tenho certeza que muitos de nós não vamos chegar nessa idade. Então, vamos olhar com outro olhar para esses idosos, vamos dar prioridade. Desculpa, os idosos aqui, acho que já é humilhante vocês virem até aqui, como coisa que estão pedindo um favor. Isso não é favor. É obrigação nossa. E não é só do Governo. Muitos idosos que estão abandonados, que não tem um lar, que não tem um carinho, um pai, uma mãe, o filho, que eu vejo idosos abandonados pelos filhos. Então, gente, é um desabafo, Secretário, porque dói. Gente do céu, pessoa com 90 e poucos anos. Fala sério, gente. É de chorar mesmo. E não é demagogia não. Quem tem pai, tem mãe, tem avó, tem avó sabe o quanto que essas pessoas são importantes na nossa vida, e mesmo sem ser na nossa família. Sabe assim? Isso é chocante. Então eu queria pedir, gente, vamos olhar principalmente essa lista, vamos realizar o

sonho desses idosos antes que eles partam para outra vida, para que eles tenham pelo menos um pouco de dias felizes num teto, que é o mínimo que temos que fazer, todos conselheiros lutar por vocês, porque vocês são muito importantes na nossa vida. **Sra. Samira:** Eu só queria fazer dois questionamentos, e não é nem sobre a proposta. Estou encerrando a minha segunda gestão aqui de CMH, e tivemos durante todo esse processo das duas gestões, que acho que já completam seis anos, diversos problemas na condução aqui dentro. Uma primeira, que eu não identifiquei, pode ser que eu não achei todos os e-mails, mas eu não identifiquei essa apresentação enviada, porque outros materiais foram enviados, mas essa apresentação não. E é muito difícil, porque chega aqui agora, como que avaliamos essa proposta de supetão? É uma coisa de realmente olhar as minúcias e entender. E uma outra questão é que esse item veio como informes. Sendo que estamos no Conselho deliberativo, e confesso que nessa segunda gestão em especial, eu acho que houve pouquíssimos pontos deliberativos aqui, a não ser que eram extremamente necessárias como indicação para participação em algum Fundo ou Conselho. Então, só ressaltar a experiência desse tempo todo é ver que tem pouco interesse que aqui seja um espaço de construção e de participação. Vocês veem aqui realmente só nos informar, e temos que aceitar o que vocês estão falando, no máximo damos aqui uma gritadinha, uma reclamada, mas realmente aqui não é um Conselho participativo e deliberativo como ele foi constituído. Obrigada. **Sra. Renata:** Sinto-me contemplada com a fala da Samira, e aí eu me coloco também assim, acabamos de ler com vocês, não tivemos acesso a isso antes, uma resolução que eu entendo que é norteadora e importante para todas essas pessoas que aqui se encontram. Então, entendo que precisamos passar por este Conselho aprovação dessa Resolução, isso aqui não é um informe, não deveria ser. Eu tenho dúvidas, por exemplo, falou qual que é a demanda aberta, qual que é a demanda fechada, mas não fala em porcentagem. A Prefeitura não tem demanda, porque uma pessoa só aceitou, então vai para demanda aberta ou não. Não tem regramento de quais as prioridades, de quais demandas ou quais porcentagens ocupou a Vila dos Idosos, por exemplo. Então fala de demanda aberta, mas não fala de como essa demanda aberta vai ser acionada. Então, assim, é muito aberto ainda, eu entendo que não é um objetivo ser muito aberto, eu entendo que, o que estou falando agora é no sentido de ajudar a composição de um documento que, de fato, proteja e seja efetivo para a sociedade organizada, porque o que temos aqui é isso, são idosos organizadíssimos, e que deveriam ser priorizados e valorizados, já que não existe demanda da Prefeitura, não existe, tem 40 imóveis vazios. E eu quero lembrar que discutimos isso na última reunião do CMH e na penúltima reunião do CMH, então faz seis meses que estamos discutindo isso no mínimo. Então, quero que fique registrado que eu entendo que isso não é um fórum, mas tem sim uma pauta de deliberação, e que temos ter espaço para fazer esse tipo de questionamento para trazer, para agregar numa resolução que é de extrema importância para esse grupo, que levantou esse problema, porque quem levantou esse problema foram eles, não veio de fórum sozinho da COHAB ou de outro lugar. É isso. **Sr. Sidney:** Pessoal, a Kátia pediu a palavra, só ela complementar a palavra aqui da Renata. **Sra. Kátia:** Isso, e da Samira também. Bom, gente, eu queria que vocês tivessem certa compreensão de algumas coisas. Eu fui Diretora da Regional Centro em 2017, e acompanhei de perto o Locação Social. Como coloquei em outras reuniões aqui, o Locação Social é um programa complexo criado por meio de resolução, que deveria até ser uma lei e hoje ele tem espaço no programa Pode Entrar. Inclusive isso que voce colocou, Renata, não é verdade. O Departamento de Planejamento da Secretaria Municipal de Habitação vem tratando a pauta do Locação Social há muito tempo. Inclusive hoje em dia eles têm um convênio, tipo de convênio, corrija-me se eu estiver errada, mas um tipo de convênio com a USP. Eles fizeram uma parceria com a USP para elaborar um material para tratar do Locação Social na cidade de São Paulo. A pauta do Locação Social é uma discussão apresentada pela Secretaria de Habitação por meio do Departamento de Planejamento há muito tempo. Discute-se isso internamente. Talvez não esteja exteriorizado, não seja algo que vocês tenham conhecimento, mas isso é prioridade para eles e para nós também. Não foi apresentado nada porque existe uma discussão interna. Inclusive haviam minutas de documentos que foram elaborados na nossa chegada da Secretaria, e em determinado momento isso ficou realmente parado porque se deu prioridade ao programa Pode Entrar. Priorizaram programa Pode Entrar e existia a pauta do Locação Social porque estávamos trabalhando com a provisão habitacional por meio de atendimento habitacional definitivo, com unidade e tudo mais. Então, começou-se uma discussão paralela. Mas não que isso não está sendo tratado. Inclusive essa normatização, só para deixar claro, que não é uma resolução, é uma portaria. Ou seja, um ato discricionário do Secretário Municipal de Habitação, que inclusive está regulamentando isso por conta de diversas cobranças e pela equipe técnica entender que existe uma necessidade de estabelecer um critério da indicação. Por que eu vou indicar um grupo X e não vou indicar um Y? Por que eu vou atender a demanda, por exemplo, de um órgão como o GARMIC, de uma entidade como o GARMIC, e não vou atender de uma outra entidade, que também tem luta pela pauta de idosos. Então, tem que existir um critério. O que estou querendo dizer é que eu não posso selecionar famílias dessa maneira. Hoje o Decreto 61.282, ele estabelece critérios para o atendimento habitacional na cidade de São Paulo. Esse decreto é o decreto que dá base para tudo isso que está acontecendo aqui hoje. Então, existe uma regulamentação já para isso. O que estamos fazendo é aprimorando, regulamentando o que já está regulamentado para dar atendimento habitacional via Locação Social para esses idosos. Não necessariamente os que estão aqui, mas que vão passar pelos critérios e pelo crivo da equipe social da Secretaria Municipal de Habitação. Quero que isso fique claro

aqui. Estamos estabelecendo regras que não existiam. Porque antigamente chegava aqui a lista, temos que atender essa lista. Ninguém trabalha com lista gente, nós respondemos Ministério Público, só para vocês terem ciência. Existe um acompanhamento do atendimento habitacional da cidade por diversos órgãos de controle. Controladoria Geral do Município, Tribunal de Contas e Ministério Público. Hoje o que estamos procurando é atender a demanda de forma clara. A Verinha acompanha aqui tudo que a gente acha que é pauta, o que a gente acha que eu estou dizendo é opinião Kátia. Não estou falando em nome da Secretaria de Habitação. Tudo o que eles trazem para nós, e se entende como pauta prioritária, a Verinha sabe. Tudo que é trazido. Tem coisa gente que só vai gerar discussão. Entendeu? Discussão desnecessária. Tem coisas que não tem necessidade de se discutir. Tem coisas que são pautas importantes para se discutir. Não tudo virar discussão, tudo virar polêmica. Estamos regulamentando um programa para atender idosos que não existia. A regulamentação não existia. Era atendido uma lista de suplência. Toma aqui esse nome. **Sra. Renata:** Continua não existindo. **Sra. Kátia:** Não, não. Vou te dar a palavra. Aí continua acontecendo, não. Estamos buscando essa regulamentação, estamos buscando dar o atendimento para esses idosos. Infelizmente tem unidades vagas no Locação Social, principalmente na Vila dos Idosos. Tem, e é isso que nós estamos resolvendo. Existe o problema, e estamos apresentando a solução. Essa solução está sendo apresentada hoje por meio de uma Portaria do Secretário Municipal de Habitação. Não é uma discussão. Estamos regulamentando e dando atendimento para essas pessoas. Só para deixar claro aqui, para vocês entenderem que assim, isso tudo é acompanhado pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas. Estamos procurando resolver um problema antigo, que não é de hoje. Porque fala, parece que o problema foi criado agora. Nossa, as unidades estão vagas hoje. Ah, é culpa desta gestão. Tem unidades vagas na Locação Social na Vila dos Idosos. Eu falei para você que eu fui Diretora da Centro, desde 2017. Eu assumi o cargo em maio de 2017. Eu acompanhei tudo isso desde 2017. Eu sei o que aconteceu de lá para cá. **Sra. ... Mentira. Sra. Kátia:** Pode-se dizer o quiser aqui, eu estava lá, eu vi como era tratado, eu vi como Locação Social era tratado. As dificuldades da equipe social. As dificuldades da própria COHAB. Existe um programa que foi criado com diversos itens de uma resolução, que deveriam ser respeitados. E hoje em dia as pessoas moram e não pagam nada. Ele não foi criado para ninguém morar de graça. Infelizmente tem pessoas que moram lá. E o poder público de forma consciente, por conta da vulnerabilidade dessas famílias não despeja ninguém. Mas era para muitas delas estarem na rua, inclusive. Então, temos que olhar que aqui tem um problema e apresentar soluções. Se a gente começar a discutir aqui, discutir, ah, porque isso aqui está errado, ah, porque aquele está errado, ah porque isso aqui está errado, a gente nunca vai chegar no consenso. E todo mundo que me conhece sabe disso. Então, só para concluir, isso é uma Portaria, um ato discricionário do Secretário, que está regulamentando aquilo que não tinha regulamentação para auxiliar no processo. Ela será publicada. Está sendo apresentada para vocês aqui. Inclusive, quem quiser receber o documento, tem o e-mail da divisão, tem o e-mail da coordenadora de trabalho social. Ninguém está se opondo a propostas, porque estamos deixando claro que é um ato do Secretário. Só isso. **Sr. Nunes:** Bom, boa tarde a todas e todos. Queria começar assim, puxando um pouco o que a Samira trouxe, porque assim como ela estou na minha segunda gestão. E aí, assim, o que a Kátia está falando, é assim, a minha impressão, na primeira gestão que nós tivemos aqui, e, não estamos falando aqui de dez anos atrás, estamos falando de quatro anos atrás, com parte dessa equipe que está aqui hoje da SEHAB. Tivemos algum espaço para dialogar, a gente juntou grupo de trabalho, discutimos a lei de regulamentação fundiária aqui no CMH, junto com a equipe da SEHAB, discutimos a lei do Pode Entrar junto com a SEHAB. Então, não foram conversas inúteis, muito pelo contrário, os conselheiros, os movimentos, as entidades da Sociedade Civil participaram e contribuíram para o programa. E aí, eu estou também sinalizando, fizemos a primeira gestão, e tinha expectativas melhores em relação a esta gestão. Porque os GTs que criamos aqui, nenhum deles foi adiante. E essa Portaria poderia estar sendo discutida pelo Conselho. Mas o Conselho, ele está aqui, ele faz parte de uma política de participação do município. Então, não é só compartilhar, é de fato tomar iniciativa. E aí estamos falando aqui de um programa que parece ser bem concreto, no começo da fala da coordenadora do trabalho social, foi - Chamamos 242 famílias, oito se apresentaram, e uma foi habilitada. De 240, habilitou uma. Algo errado no procedimento. **Sra. Luciana:** Não, é que vou explicar o procedimento para vocês. **Sr. Nunes:** E aí assim, tenho 40 anos agora, tenho quase 20 anos atuando com assessoria técnica, com movimento de moradia e tal. O Vila dos Idosos, dentro do que eu conheço, dentro do que eu já conversei, é o programa mais exitoso, e o projeto mais exitoso de programa de Locação Social da Prefeitura, porque tem uma associação vinculada. A última reunião que participei a proposta que a COHAB trouxe aqui foi de vender o Parque do Gato e Olaria. E aí onde que está incluída a participação dessa associação na discussão dessa Portaria? É disso que estamos falando. **Sr. Sidney:** Conselheiro, só um detalhe aqui, a palavra não é vender, não foi proposta a venda nenhuma, Olaria e Parque do Gato. Na verdade, titular as pessoas que estavam lá, porque já perdeu a característica de transitividade. Mas não tem venda, não existe venda. **Sr. Nunes:** Então, a última reunião do CMH, o que se aprovou foi de titulação das famílias, ou seja, descaracterizar o formato de Locação Social e transferir propriedade. Por fim, essa é só uma dívida, aí talvez vindo um pouco da questão que a Fátima trouxe, que eu entendi um pouco diferente dela. As famílias que foram incluídas no Programa Locação Social, que foram removidas por, sei lá, por qualquer problema, por qualquer questão e com auxílio aluguel, elas se manterão na fila e poderão ser

atendidas no mesmo sentido depois, ou não. Eu tenho entendido que sim, que a Kátia entendeu o contrário. **Sra. Kátia:** Não, é exatamente o que você entendeu, Nunes. Na realidade, é justamente esse o problema. As 250 famílias convocadas eram famílias de demanda fechada, ou seja, quando você apresentou a elas, mesmo num contato telefônico breve, que elas iriam para a Locação Social, elas não tiveram essa compreensão de que elas poderiam aguardar no Locação Social e receber o atendimento habitacional definitivo. Eles entenderam que aquilo ali ia ser definitivo. Exatamente por isso que houve as 250 convocações, oito atenderam e um só que disse sim. Vocês conseguiram entender que assim, a maioria das famílias quer receber o atendimento habitacional definitivo, porque em algum momento o poder público tirou a casa delas, então elas querem a casa de volta. Vamos deixar aqui meio que de forma clara. Com relação ao Parque do Gato e Olaria, só vou fazer um adendo na sua fala, que o Secretário já colocou, mas só para deixar claro. A COHAB já perdeu. O custo para o município das unidades de Locação Social que não são pagas, esse recurso não volta, gente. As famílias que estão morando, quem está bancando isso é o poder público. Não regularizar, não titular as unidades do Parque do Gato e do Olaria é trazer mais prejuízo ao poder público. **Sra. Samira:** Mas é falta de política. **Sra. Kátia:** Mas a questão, não é uma falta de política hoje. É uma falta de política sempre. É que o problema, é que esse empreendimento de Locação Social, gente, falamos como se ele fosse de agora. Ele foi empreendimento entregue na época da Prefeita Marta Suplicy. Vocês me desculpem, mas estamos tratando de um problema de 20 anos. Não é um problema da gestão A ou B. É um problema de 20 anos que perdeu a característica de Locação Social há muito tempo. Vocês vão me desculpar. Isso perdeu a característica de Locação Social há muito tempo. Não foi agora. Não foi de 8 anos para cá, de 12 anos para cá. Esse problema existe desde 2004. Inclusive com a entrega de forma desordenada, que foi feito a toque de caixa. Então vocês vão me desculpar. Mas temos que tratar as coisas de forma clara. Fizemos a entrega das unidades de Locação Social de qualquer forma. Colocaram demandas, que depois acharam que a casa era delas, e simplesmente elas foram lá e negociaram com outras pessoas. Então assim, estamos tentando resolver um problema. E aí, é muita crítica. Vamos tentar construir, eu concordo com o Nunes, não sei se quem estiver aqui na próxima gestão, eu espero que muitos de vocês estejam, vamos pra esse tipo de coisa. Vamos discutir os problemas que a habitação tem de fato, e trazer soluções. Porque discutirmos só o problema não resolve, precisamos trazer a solução para os problemas. **Sra. Renata:** Kátia, acho que vocês ficam muito na defensiva. Porque o que está sempre colocado aqui. **Sra. Kátia:** Eu não estou na defensiva, não. Eu estou sendo verdadeira. E aqui eu estou falando como Kátia, só para deixar claro. **Sra. Renata:** Enquanto conselheira, estou há dois anos, mas participei do CMH desde 2018, desde 2017, foi sempre um espaço de discussão e deliberação. Um espaço valorizado dentro do Governo, inclusive está há oito anos esse Governo. Já estivemos com a mesma gerência, com o mesmo grupo momentos diferentes. Essa gestão aqui da qual eu faço parte, o Conselho, ele vem sendo tratado como um fórum. E quando fazemos questionamento, parece que estamos errados. Sendo que aqui é um lugar deliberação. Então, quando fazemos questionamento, tenho uma série de dúvidas em relação a esse Decreto. **Sra. Kátia:** É uma Portaria. **Sra. Renata:** Essa Portaria, ela pode aceitar contribuições deste Conselho ou só informe mesmo? Segundo, não é a primeira vez que um assunto é colocado aqui sem que o material seja nos enviado previamente. Então, isso não é um erro. Porque errar uma vez, tudo bem, errar duas vezes, tudo bem, mas isso não é um erro. Isso acontece em todas as reuniões. Então, para mim quando uma coisa dessa acontece, desculpa, errar sempre, sempre. Não é para discutir, é só para ver mesmo, porque quando eu fico lendo aqui junto com vocês, não temos condição de fazer uma análise mais profunda, até porque eu sou arquiteta, eu não tenho conhecimento de toda a legislação. Eu teria que ter um tempo para pesquisar. Faça o questionamento, aí todo mundo parou de questionar. Cadê o Secretário de Habitação? Cadê o Secretário de Habitação na reunião do Conselho? Ele nunca veio nesta gestão. Não queria dizer, mas saudades do João Farias. É verdade, porque tínhamos alguém de fato. Cadê o Secretário? O fato de o Secretário não estar aqui é a importância este Conselho tem para este Governo. Ele não é importante. E eu não estou mais discutindo a questão dos idosos, que é uma coisa superimportante. Eu estou discutindo o papel deste Conselho. Nos programamos para vir aqui a cada dois meses para discutir a mesma coisa. Eu já fiz essa fala umas três vezes, no mínimo, dizendo - Cadê o material? É só o informe? Temos que fazer deliberação, nós estamos dispostos a discutir, nós estamos dispostos a ajudar, a colaborar com os problemas do município. Mas é muito complicado estar disposto se o Governo, se a instituição não quer a nossa ajuda. Porque quando vem um informe de um assunto tão importante, vocês estão dizendo assim, não é para ninguém contribuir. E aí estamos nos mostrando, no mínimo três reuniões, são seis meses, de que tem um grupo extremamente organizado e interessado em que isso seja discutido, aprimorado e decidido. Vou dar um exemplo, na apresentação que você fez sobre demanda aberta, demanda fechada, tem os critérios lá com relação ao idoso, quais são as prioridades e tal. Uma pergunta idiota, mas assim - E se o GARMIC ou outra associação tiverem demanda? Como é que elas escolhem o critério de quem quer? Entre as demandas abertas e as demandas fechadas, quem é prioritário? Tem uma série de questões que, no mínimo, não vão ser respondidas hoje e que não tem espaço para que aprimoremos essa Portaria. Mas só quero reiterar que o jeito que este Conselho está sendo levado nesses últimos dois anos, ele não promove a contribuição e a participação. Ele não é deliberativo. O Nunes lembrou aqui, formamos uma série de grupos de trabalho. Quais foram chamados aqui? **Sr. Sidney:** Por favor, com relação ao GT,

acho que nós temos alguns grupos que foram chamados. **Sra. Renata:** Quem foi chamado, gente? Eu faço parte de dois. **Sra. M<sup>a</sup> Helena:** Mas qual que você faz parte? **Sra. Renata:** Pode Entrar foi chamado? **Sra. M<sup>a</sup> Helena:** Não foi formado ainda. **Sra. Renata:** Como não foi formado? A gente não o nome? **Sr. Miguel:** Faz quatro meses que foram dados os nomes. **Sr. Sidney:** Pessoal, só uma questão de ordem aqui. **Sra. Renata:** Uma pergunta objetiva? Nós podemos contribuir nessa Portaria ou é só um informe? É uma pergunta objetiva. Podemos contribuir ou é um informe? **Sr. Sidney:** Toda sugestão é bem-vinda. Portanto, pode mandar sua sugestão e não tem problema nenhum. Esse é um ato de Portaria, ato deliberativo do Secretário. Respondendo objetivamente para você. Nós estamos falando de Portaria. Nós não estamos falando de regulamentação de lei. Que sempre o Conselho municipal participou. **Sra. Fátima:** Entendo que este Conselho é o Conselho Municipal de Habitação, que tudo que se fala em questão da habitação, este Conselho tem sim como obrigação de deliberar também e participar. **Sr. Sidney:** Gente, o que nós trouxemos aqui hoje foi informe a partir da reunião que eu tenho com vocês. O que acontece, foi dado encaminhamento para poder analisar. **Sra. Fátima:** Só quero dar uma devolutiva, que a **Sra. Kátia:** colocou umas coisas e que não é verídico o que foi colocado. Aqui não é uma lista só de uma associação. Esses nomes que estão aqui dentro dessa lista aqui, estão todos eles inscritos na COHAB há anos no Poder Público, e que participa do movimento de moradia. Então, assim, essa lista que foi entregue não é uma lista individual. É uma lista que está cadastrada. Está dentro do Poder Público. Porque eu entendo que no COHAB e SEHAB, quem cadastra é a COHAB. O cadastro é da COHAB, então eles estão todos cadastrados na COHAB. Então, eles têm o direito de ser chamado e ser avaliado, e ser pela avaliação do social. Todos eles estão aqui na lista. **Sr. Sidney:** Fátima, nós recebemos essa lista e realmente estamos analisando. **Sra. Fátima:** Correto. Agora, quanto essa questão da discussão da Portaria, claro que cabe a nós Conselheiro sim, dar pitaco sim e falar sim, Secretário. Ou estamos aqui para que? Para bater palmas? **Sr. Sidney:** Todas as pautas que vocês colocaram aqui, todas elas, nunca me furtei de levar adiante a pauta e fazer enfrentamento dela. Ou ter pautas críticas. **Sra. Fátima:** A discussão tinha que ter sido sim, colocado aqui. E outra, quando venho para esta reunião do Conselho, eu desmarco tudo o que eu tenho. Se vou sair daqui, 10, 11 horas da noite, não tem problema. Porque é o que nós temos que discutir e resolver o que tem que ser resolvido o que tem que ser resolvido. **Sra. Kátia:** Aqui ninguém está com pressa de ir embora. **Sra. Fátima:** Então, quando eu venho aqui, eu venho programada para reunião do Conselho. Então, não venho aqui, anda rápido, para virarmos as costas e deixar coisas meio discutidas. Então quem pensa que vem para cá para só assinar e ir embora, gente, não deveria ser conselheiro. Porque eu já cheguei a sair daqui do Conselho 10 horas da noite. E a gente debatendo, discutindo e chegando uma discussão. Não dá para ser do jeito que está sendo aqui. No outro Conselho quase não tivemos quórum para discutir, na outra reunião do Conselho. Então assim, eu estou colocando claro, estou no segundo mandato do Conselho, já chegamos sair daqui às 10 horas da noite. Mas chegando com discussão e com conclusão nas coisas. Não dá para ser apresentado uma coisa aqui e não debatermos. Não ter isso antes para debater. Como a Renata colocou, isso já não é a primeira vez. Várias outras vezes. **Sra. Kátia:** Alguém aqui conhece o Decreto 61.282? Alguém já leu esse decreto? Ele já foi falado aqui, já foi citado aqui diversas vezes. Alguém conhece esse decreto? Seria bom, já que vocês querem contribuir com essa regulamentação aqui com essa Portaria, seria muito bom que vocês lessem o decreto antes de contribuir. **Sr. Miguel:** Seria importante que tudo o que discutisse aqui fosse cumprido. Já faz um longo tempo, desculpa, já faz um longo tempo que a gente vem cobrando aqui. Já faz um longo tempo que vem se cobrando aqui, desde quando começou essa gestão e você sabe muito bem que você participou da outra gestão. Que vem se cobrando aqui, que os slides que manda aqui, envia aqui de última hora, seja mandado para os conselheiros antes. Isso nunca foi respeitado. Talvez se essa Portaria tivesse chegado um pouquinho antes, a gente viria para cá com discussão mais madura. Mas é colocado tudo em cima da hora, qualquer é para não ter o espaço. E quando quer discutir, não tem espaço para discutir, não. Isso é regra. O que eu entendi aqui é que a Portaria é regra. O Secretário é soberano, mandou a Portaria, pronto e acabou. **Sra. Kátia:** Ele não é soberano. **Sr. Miguel:** Não, foi isso que foi falado aqui. A Portaria é do Secretário, não é do conselheiro. **Sra. Kátia:** A Portaria é do Secretário, mm existe Portaria do Conselho, o Conselho não cria Portaria. **Sr. Miguel:** Mas assim, eu acho que não dá para chegar aqui no Conselho e falar o seguinte, a Portaria veio, está feita, pronto e acabou. Então, se não quer discutir com o Conselho, para que quer um Conselho? Isso é desrespeito ao Conselho, a todos os conselheiros que estão aqui. Sempre tivemos a educação, a boa convivência de discutir. Ninguém está discutindo ideologias aqui. Estamos discutindo aqui a respeito das pautas que são colocadas. Agora, se não for para discussão, nem coloca. Se não é para discutir aqui, não adianta trazer para cá, não é verdade? É disso que eu estou falando. Se não é para discutir aqui, não adianta. Não traz para cá. Aplica, decreta, publica e pronto, acabou. Se aqui não é para discutir, se a gente veio para cá, não é para isso. Não é para colocar nossos anseios aqui também. Então não adianta chamar o Conselho, não adianta convocar o Conselho. É disso que eu estou falando. (Aplausos) **Sr. Sidney:** Deixe-me falar para vocês, muito claro. Se partir para essa questão de palanque, somos obrigados realmente a... Vamos escutar. Todos escutaram o que ele falou respeitosamente. Entendi o que o Miguel falou, está claro para nós. Agora, tem algum outro conselheiro que quer se manifestar? Por favor. **Sr. Nelson:** Então, ia sugerir o seguinte, eu não sei se tem mais alguém, mas talvez se tem mais alguém, deixar as pessoas falarem e depois você faz uma colocação final. Porque senão, fica um pouco difícil. Pode ser?

**Sra. Kátia:** Pode, claro. **Sr. Nelson:** Tinha me inscrito, era para tirar uma dúvida sobre a questão da Locação Social, mas em cima de tudo o que está sendo discutido, a minha sugestão é, que claro que decreto do Prefeito, Portaria do Secretário, isso é muito claro, mas se o conteúdo que é dessa Portaria diz respeito, que é fundamental aqui para o Conselho, os conselheiros, a minha sugestão é que, como você mesmo disse, que ainda não está pronta, que como a princípio existe a dinâmica de formar grupos, a minha sugestão é que pudesse fazer um grupo emergencial de conselheiros que pudessem ir com os colegas da Secretaria que estão envolvidos na elaboração da Portaria para apresentar sugestões, discutir melhor, porque aqui tem várias pautas, e não dá para aprofundar o conteúdo da Portaria. Essa seria a minha sugestão. E aí, dar um prazo para todos contribuírem, e esse grupo fazer uma discussão para regulamentação. Agora, a minha questão sobre o Programa Locação Social, até pela fala sua, Kátia, que até me preocupou, é porque eu entendo, pelo menos pelas experiências, que o Brasil não tem experiência mesmo em Locação Social infelizmente, nós temos nenhuma legislação nacional sobre isso ainda, não tem programa, mas vários países têm. E pela experiência, que pelo menos eu até conheci pessoalmente de alguns países, esses imóveis que são destinados, casas ou apartamentos para as pessoas, é um subsídio quase integral mesmo do poder público, que vem hoje do Fundo, ou vem do programa que é constituído. Então, eu acho que, quando se fala na Locação Social, como tem subsídio, mesmo para vender esses imóveis tem subsídio, parece-me estranho na visão que na Locação Social a gente não considere que tem que ter subsídio, que talvez seja até integral, conforme for a situação. Porque são pessoas que precisam ter o direito à moradia e não ter o direito à propriedade. O principal é garantir a moradia digna para as pessoas. Esse é o finalidade desse Programa Locação Social, locação pública em todos os países, principalmente os europeus que tem essa experiência desde o final da Segunda Guerra Mundial. Então, eu não sei como é que está sendo pensado o Programa Locação Social aqui no município de São Paulo, porque tem o Fundo Municipal, se faz uma junção de recursos que tem do Fundo Municipal com o FUNDURB, faz o subsídio integral, mas eu entendo que sempre vai ter um valor baixo como são as prestações do Minha Casa Minha Vida para aqueles que tem a renda menor, e a locação também vai ser, nós não vamos fazer uma locação do mesmo preço que o pessoal cobra nos cortiços, que é um absurdo. Então, eu acho que seria uma questão também de uma visão de qual é a responsabilidade do poder público nesse Programa Locação Social, e trazendo a lógica que se faz há muito tempo do subsídio para comprar a casa própria, e eu acho que é uma inversão, subsidia mais para as pessoas se tornarem proprietários de uma casa, do que uma moradia que seria a Locação Social, que poderia favorecer milhares de pessoas, não só os idosos, mas um conjunto de famílias que precisam, que tem um monte de gente que está na rua. Era isso que eu queria falar. **Sr. Sidney:** Nunes, você tem a palavra. **Sr. Nunes:** Estava totalmente sintonizado aqui com o Nelson, a minha fala ia ser exatamente nesse sentido. Só vou complementar um pouco que ele falou que em relação ao fato inicial, de propor um núcleo emergencial, ele chamou. Porque assim, Secretário, a participação, ela precisa ser organizada, não dá para só mandarmos sugestão por e-mail. Então, o que eu ia sugerir era justamente isso, que criássemos aqui mesmo agora, não criar um grupo de trabalho oficialmente, e tal. De repente tiramos uma Comissão aqui, que se reúne depois com os técnicos, que estão preparando a Portaria. De repente uma reunião extraordinária, não sei. Podemos fazer uma reunião extraordinária para esse grupo apresentar aqui, porque a apresentação foi totalmente prejudicada hoje aqui. Nós não discutimos nem um ponto da apresentação, primeiro porque não conhecíamos o conteúdo todo, e depois porque a discussão acabou tomando esse rumo ruim. Então o que eu ia fazer jus a proposta do Nelson, poderíamos ter uma Comissão, e eu incluiria o pessoal, uma ou duas pessoas da COHAB para ajudar nessa documentação, aí se puderem mandar primeiro para podermos ver. Talvez, esperar a próxima reunião do CMH para publicar a Portaria, não é postergar. Obrigado. **Sr. Osmar:** Estou vendo o item 3, está falando informe sobre indicação de demanda, então eu entendo que indicação passa por esse debate aqui. Ou estaríamos dizendo o seguinte, informe sobre decisão do Governo de quem vai morar na Vila dos Idosos. Então, ou seja, o que estamos discutindo é um espaço aberto, independente de um ou outro gostar que vai demorar, tal, isso e aquilo, mas esse espaço foi um espaço construído a partir de um pleno eleitoral, que as pessoas se elegeram e têm o direito de voz e têm o direito a decidir no Conselho. Acho que já foi levantado aqui as várias razões que às vezes não tomamos decisões porque o Secretário não participa, poderia estar ouvindo a ansiedade da Sociedade Civil, dos movimentos organizados, do quais são os problemas, sabemos que a Secretaria tem aqui adotado a sua política, tem discutido internamente, mas precisa abrir esse debate com os movimentos sociais. Então não dá para ficarmos aqui fazendo o debate, se já tem uma posição tomada. Então, acho que é abrir, eu tenho participado, inclusive participei do GT do Milton Paes, que fizemos uma reunião, e deu quórum as demais reuniões. E tinha um outro GT que era para discutir a questão do centro, moradia do centro, a questão do centro. Só que aí depois acabou esse GT, vai se discutindo possibilidades de como retirar as famílias, de despejo, de mandar a defesa civil para lá, mandar fazer vistoria para saber se interdita e despeja das famílias. Então, não era esse o objetivo, eu tinha um grupo de mediação que discutia para avançar para uma política definitiva de resolver esses conflitos. O que eu vejo é o seguinte, que existe possibilidade, sim, existe a demanda indicada pela COHAB e pela SEHAB, pela equipe social que tem acompanhado o pessoal que tem essas demandas da terceira idade, mas eu acho importante abrir, sei lá, apresentar uma resolução no Conselho, que abre para as entidades que trabalham com grupos de terceira idade para idosos, para

participar do chamamento, que falasse - Olha, quantas unidades vão destinar aos grupos que trabalham com grupos de terceira idade, idosos, para poder indicar para esse empreendimento da Vila dos Idosos. Já fizemos isso no passado, inclusive quebramos a regra do programa Minha Casa Minha Vida, que na gestão ainda do Kassab. Apresentamos a resolução, aprovou aqui o Conselho, e aí as entidades participaram e indicaram as demandas para os empreendimentos do Minha Casa Minha Vida. Claro, que naquela época não podia, porque ele teria que atender o programa destinado aos planos de reassentamento. Mas resolveu naquele momento uma ansiedade de quem estava participando do Conselho, de pelo menos falar, tem alguma coisa para gente poder apresentar para essas demandas. Infelizmente, eu não sou acostumado, tenho uma atividade de entender a burocracia. Que eu falo que esse Estado que está aqui não é o Estado para os pobres, que a burocracia engole a gente. As pessoas ficam 20 anos, quando a Verinha fala assim - "Isso me dói na alma quando uma pessoa fica 30 anos esperando para ter uma política de habitação que resolva o problema de moradia dela". Temos que construir, ser republicano, democrático, é abrimos a pauta da habitação e discutir de igual para igual. Não é ficarmos, por exemplo, aquilo que a gente acha que é problema, traz para o Conselho, aquilo que é solução, resolvemos lá em cima. Então, estou falando isso porque precisamos avançar no Conselho, não dá mais. Aqui não é um espaço de negociar, é um espaço para debater e buscarmos a solução para resolver os conflitos que as pessoas enfrentam dia a dia nessa cidade. Não estamos pedindo favor, o dinheiro é público, todo pobre, idoso, qualquer um ali paga o imposto igual ao rico, e o dinheiro tem que ser dividido de forma igual, mais justa, que chegue aos mais pobres. Então, estou fazendo um apelo aqui, Secretário, que a gente ou abre uma discussão no GT, ou fecha a demanda, discute com o movimento, discute com os grupos que tem trabalho com os idosos. Essas pessoas merecem pelo menos chegar ao final da vida num espaço decente, humanizado, e que ele possa ter dignidade. Não dá para ficarmos só oferecendo abrigo, como se fosse solução e que as pessoas não têm identidade, e não têm interesse. Então, queria pedir que possamos discutir no Conselho, ou uma resolução, tem o decreto do Secretário, a Portaria, sei lá o que tem aí, mas nós temos que rediscutir. Vamos discutir no Conselho, vamos apresentar uma proposta que reforça, ou que melhora esse decreto para poder incluir as pessoas que dependem, que estão organizadas em movimentos de idosos. (Aplausos) **Sra. Kátia:** Vou pedir para a Maria Helena, se o Secretário permitir, encaminhar para vocês o Decreto 61.282/2022, que dispõe sobre os critérios de elegibilidade da demanda habitacional da cidade de São Paulo, e como ela deve ser indicada. Com relação ao programa Locação Social, eu vou ler para vocês o artigo 19 deste Decreto diz o seguinte: "Nos empreendimentos vinculados ao programa Locação Social, os critérios para a seleção de demandas serão definidos por Portaria do Secretário Municipal de Habitação. Sendo as unidades habitacionais produzidas, destinadas prioritariamente aos grupos 1 e 2, definidos nos incisos 1 e 2 do Caput do artigo 3 deste decreto, privilegiando-se o atendimento aos seguintes segmentos. Aí vem os segmentos que terão prioridade no atendimento. Famílias com pessoas idosas, famílias com pessoas que vivem em situação de rua, abrangendo aquelas assistidas pelos programas de assistência social, por isso que a coordenadoria de trabalho social trouxe a SMADS, Direitos Humanos para participar desse processo. Famílias com pessoa com deficiência, famílias com mulher em situação de violência doméstica, famílias da demanda fechada ou demanda por reassentamento". Prioritariamente o decreto prevê que o atendimento do Locação Social seja da demanda por reassentamento, demanda fechada da Secretaria Municipal de Habitação. Essa Portaria está definindo os critérios, por isso que antes de tudo isso acontecer, foram convocados as famílias que estavam inseridas no auxílio aluguel. Ninguém está passando por cima de vocês, está previsto no decreto. Nós, inclusive, chamamos essas famílias da demanda fechada para não ter problema com o Ministério Público lá na frente de se questionar a demanda que está sendo atendida, porque hoje, lembrou bem o Osmar, por conta de uma seleção que foi feita lá em 2011, 2012, não lembro exatamente, ou 2013, foi um chamamento que abriu para as entidades, e as entidades receberam cada uma 30 unidades habitacionais de empreendimentos que estavam vinculadas às obras do PAC. Até hoje, a COHAB, está aqui a Cristina Pimenta, mas o pessoal da COHAB que está aqui sabe muito bem que eles respondem até os dias de hoje, por conta desse erro que foi cometido no passado. O Ministério Público fica em cima da gente o tempo inteiro com indicação de demanda. Fica em cima da gente o tempo inteiro por conta do que foi realizado lá atrás, muitas vezes. Então, assim, o que estamos tentando hoje aqui? Mostrar para vocês que está se estabelecendo critérios para o atendimento dessa demanda. E que, prioritariamente, o próprio decreto prevê que ou seja a demanda fechada por reassentamento ou a demanda indicada, indicada não, no caso as famílias ou as pessoas que são assistidas pelos programas de assistência social. Então, assim, ninguém está inventando nada, ninguém está passando por cima do que existe. Eu entendo que vocês querem contribuir com a Portaria, eu acho válido. Ninguém está dizendo que isso não vai ser aberto, que não vai acontecer. Mas também temos que deixar claro aqui que, assim, esse decreto já foi tratado aqui diversas vezes, gente. Eu mesma já falei dele várias vezes, em diversas reuniões do Conselho. Todo mundo já anotou, mas ninguém deu. Então, vamos ler. Vou pedir para a Maria Helena ver se ela consegue encaminhar, Secretário, com a sua permissão, encaminhar para vocês, para vocês terem ciência do que é o decreto, que foi construído justamente por diversas demandas do Conselho. É um compilado de diversas normativas, inclusive de resoluções do próprio Conselho Municipal de Habitação. Então, ninguém aqui está passando por cima do Conselho. Pelo contrário, estamos usando a resolução existente para tentar deixar a coisa da

forma mais transparente possível. **Sr. Sidney:** Bom, Katia, então está autorizado a mesa a passar para todos os senhores conselheiros o decreto. Não obstante a isso, só queria colocar uma coisa aqui. Nós temos também com relação a essa política para idoso, na Lei 17.638 de 2021, que foi inclusive amplamente discutida com a participação deste Conselho, no inciso 3, nós estamos dizendo o seguinte: "Que serão reservadas cotas percentuais de unidades para pessoas ou famílias que se encontrem na seguinte situação: Pessoa com deficiência, idoso e mulher vítima de violência doméstica". E foi estabelecido aqui pela COHAB, nesse sistema de vinculação que estamos chamando as pessoas e classificando, ordenando essa fila, que fossem chamados os idosos, as pessoas com deficiência e a mulher vítima de violência doméstica. Então, quer dizer, temos um olhar de atendimento habitacional definitivo também para essa população idosa. Ok? É só isso. Tem mais algum conselheiro para falar? As contribuições, como eu disse anteriormente, elas serão bem-vindas, podem encaminhar para nós. Esse aí não é um decreto, é uma portaria, não foi ainda publicado. Foi feito um estudo interno tecnicamente dentro da Secretaria. Para que possamos fazer o enfrentamento dessa questão dos idosos, que muito se fala, mas muita gente não colocou a pautar. Eu recebi um pessoal dos idosos. Eu me sinto assim, de uma forma ou de outra, pessoal, deixe-me falar, eu também sou Secretário aqui. O Milton Vieira não está presente, mas eu estou, represento, tenho voz ativa e recepciono todos os senhores. Recepciono todas as demandas, e são discutidas as demandas. Eu não engaveto nada. Então, eu faço questão de pautar e receber as pessoas. Então, eu acho também que você tem que respeitar a minha pessoa, porque eu sou Secretário também. Eu respeito todos os senhores. (Aplausos) Dou voz a todo mundo neste Conselho, não tem uma pessoa que me procure. Estou certo, Fátima? Estou certo, Verinha? Independente, independente de ideologia, eu dou voz às pessoas e deixo as pessoas falar, contribuo e procuro dar retorno. Então, pessoal, sintam-se pelo menos que vocês estão sendo acolhidos. Não é que venho aqui, eu não sou um boneco, não fico sentando na cadeira e simplesmente tocando com a barriga. Eu escuto as pautas dos conselheiros e conselheiras que fazem parte deste Conselho. Muito obrigado. (Aplausos) Vamos pela ordem, pelo mesmo propósito. Mas eu senti, pessoal, assim como a Verinha desabafou, eu também desabafar. Eu entendo aqui que temos que colocar uma pauta que é de interesse público das pessoas. E eu nunca me furtei a isso. Então, quando fala agredindo, assim pessoalmente, eu me sinto muito mal também, porque eu não agrido conselheiro nenhum, eu dou voz para todos os conselheiros, independente da ideologia dele. Eu sempre falei isso aqui. Quando você passa dessa porta para dentro, para discutir alguma coisa dentro deste Conselho, esquece ideologia. Vamos trabalhar com as pessoas. É isso que eu quero, faço parte deste Conselho pensando nisso. Não diferente. Então, o mesmo respeito que eu dou para vocês, eu também peço de vocês o respeito. **Sr. Nelson:** Secretário, só ia perguntar se essa sugestão, que depois foi complementada, de ter uma reunião pelo menos com os Conselheiros que tem interesse de discutir a Portaria. Está acatada? Só para eu entender. **Sr. Sidney:** Nós não vamos formar grupo de trabalho. O que acontece, você pode mandar, pode reunir as pessoas aí. Pessoal, reunir aqui três conselheiros, quatro conselheiros. Nós temos essa pauta. Coloca aí, eu vou sentar, vou ter o maior prazer, assim como eu fiz com a Fátima outra vez. Eu faço aqui a mesma coisa. Eu recepciono, vou lá, trago a equipe técnica, discutimos. Pessoal, esquece, comigo é zero problema. Marcou uma reunião lá, vem três, quatro pessoas aí, não tem problema nenhum. Reúne a equipe técnica, está lá, nós abrimos o problema, discutimos, debatemos, chamamos o pessoal de Direitos Humanos, chamei a Secretária de Direitos Humanos lá na Secretaria, eu chamei o Secretário de SMADS. Enfim, eu estou adotando a maior postura possível e transparência para lidarmos com o assunto e ter um encaminhamento que sirva para todo mundo como base. Eu não estou me puxando para um lado ou para o outro, eu estou vendo o problema de forma institucional e estou vendo de forma isenta. Para que possamos ter o quê? Um regramento para essa pauta dos idosos. Ok? Então, quer dizer, eu não estou apontando quem acertou, quem errou, eu quero saber o seguinte, no frigar dos ovos, o quê que vai ser feito de benefício para os idosos. Esse é o meu objetivo. Então eu aceito sim, não tem problema nenhum. Reúne aí três, quatro conselheiros, faça isso, marque lá, já pede para a minha secretária, deixa agendado, reúne com o pessoal técnico, sem problema nenhum. Quer já marcar a data? Marca para a próxima semana, não tem problema nenhum, só estabeleceu quem é e vai lá e nós vamos atender, vamos recepcionar vocês, sem problema nenhum. **Sra. Renata:** Sidney, só espero que não seja a minha fala que tenha te agradido, porque não foi a intenção. Eu acho que o Secretário sim deveria estar presente aqui e isso não merece a presença de mais ninguém. Mas eu acho sim, que ele deveria comparecer ao menos uma vez ou outra para entender e dar peso para este Conselho também. Não estou desmerecendo a presença de ninguém, muito pelo contrário, para valorizar ainda mais a nossa participação. Com relação aos encaminhamentos, muito legal para receber, eu gostaria de saber se tem algum encaminhamento, alguma data referente a uma resposta ou retorno, a lista que o GARMIC passou para que vocês avaliassem. Tem alguma data para retorno? **Sr. Sidney:** Conselheira, você não estava presente, mas a Maria de Fátima estava. Foi combinado com ela um retorno em 30 dias. Então foi dado sim retorno para ela. E não obstante isso também, a vida de ser Secretário não é fácil. Temos eventos, temos participação em muitas outras Secretarias, muitas outras reuniões do dia a dia, não é fácil. E às vezes nos dividimos e nos desdobramos. Mas todos os itens que os senhores colocam aqui, de forma integral, são reportados ao Secretário. Inclusive, todas essas resoluções deste Conselho, são objeto de assinatura pelo Secretário. Então, eu reporto de forma detalhada. Então, ele não estando aqui na presença física como você se referiu, mas você pode ter convicção

que ele tem ciência de todos os atos. Muito obrigado. **Sra. Renata:** Obrigada. **Sra. Paulina:** Então, bem colocado, que o Secretário não poder vir numa reunião e ele poder vir, ele tem que ser respeitado, do mesmo jeito. Por quê? Porque ele está representando o Secretário. Outra coisa também que eu achei que foi um pouco de respeito, foi quando foi colocado 17 anos, quando a Kátia colocou ali, e alguém gritou lá atrás - "É mentira". Isso é falta de respeito. Porque eu estou há 34 anos no projeto, e o que ela colocou eu sei que você existe sim. Mas quem entrou agora, que não sabe o que é isso. Mas eu acho que tudo o que estamos fazendo a respeito, uma reunião não veio, uma só reunião não querum. E os outros conselheiros atrás, que estou sabendo, tem gente que nem aparecia. Então, é bom começar ter respeito pelos outros. Somos conselheiros. Se nós estamos aqui, é porque alguém votou em nós. E a respeito dos idosos, para o idoso, a violência doméstica, já existe isso aí dentro das comunidades. Obrigada. Por favor, mas é bom respeitar. **Sr. Sidney:** Por oportuno, gostaria até de convidá-los também. A Secretaria de Habitação, juntamente através do Departamento de Planejamento, ela tem um convênio com a USP, Universidade de São Paulo, para discutir políticas habitacionais e aluguel social. É um seminário que vai ocorrer do dia 5 a 8 de novembro. E aí todos os senhores conselheiros e conselheiras, sintam-se convidados. Depois, se for o caso, estenda aí Queila, o convite via à mesa do CMH, para todos os conselheiros e conselheiras aqui presentes. Obrigado. **Sra. Queila:** Bom, pessoal, essa é uma parceria entre SEHAB, USP, FAPESP e DEPLAN, que sou Diretora de Planejamento. A gente vem coordenando esse trabalho. Será de 5 a 8 de novembro. É importante a participação da Sociedade Civil. É um momento onde vamos realmente discutir esse assunto. Então, acho que seria muito importante que vocês participassem, pudessem participar das mesas. Só, aís ou menos para vocês verem, que temos aí uma programação a partir dos dias 5 com abertura às 10 horas. E aí vão ter diversas mesas, experiências de políticas públicas de aluguel, desafios e perspectivas para a gestão de políticas de aluguel, políticas habitacionais no contexto do aluguel, como frente de expansão imobiliária financiada, aluguel de propriedade no dia 6. Então, tem bastante mesa e bastante discussão sobre esse assunto. Então, seria bem importante que vocês participassem nesses três dias. Vai ser uma contribuição importante para a gente. Vamos mandar o convite. **Sr. Sidney:** Obrigado, Queila. Pessoal, tem mais alguém que queira manifestar, por favor? **Sra. ...** Quer fazer uma pergunta. Como que vai ficar a situação de moradia definitiva para quem mora em abrigo e albergue? **Sr. Sidney:** A senhora é conselheira? **Sra. ...** Não. **Sr. Sidney:** É que assim, por regra normativa, a Fátima sabe disso, todos conselheiros já deixei claro. Vou pegar aqui a questão da senhora. A senhora pode fazer, reportar essa pergunta. Nós, da Secretaria, temos o maior prazer de receber essa demanda e responder para a senhora. Pega lá, identifica, por favor, o nome dela e e-mail. A senhora faça uma pergunta, que vamos te responder, pode ser? É que aqui neste Conselho, quem tem a palavra são os conselheiros. Então, quando a Sociedade Civil vem, traz uma questão que não é via conselheiro, não é o conselheiro que está se manifestando, pegamos a pergunta, e vamos dar a devolutiva para a senhora via Secretaria. Pega por gentileza, identifica ela aí, por favor. Obrigado. Bom, pessoal, esgotado e dado esse encaminhamento, então, os senhores, por favor, se organizem, vamos lá, marca a reunião da próxima semana para podermos alinhar essa questão com relação aos idosos. A mesa pede aqui para que retorne Ao item 2 da pauta sobre eleição. **Sra. Mª Helena:** Vamos retornar aqui o item 2 da pauta, que já chegamos aqui num cenário referente aos sindicatos para fazer a Comissão. Então, para movimentos populares tem cinco pessoas inscritas. Temos que selecionar desses cinco, selecionar 3 pessoas. Quem está inscrito, indicação do Instituto Social Nova Heliópolis, é o David Carlos Silva Garcia. O segundo é a Associação Nova Esperança São Francisco, quem está indicado é Ângela Maria de Amorim. A terceira indicação é a Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste, que é o Benedito Roberto Barbosa. A quarta pessoa indicada é pelo CIPROMP, que é a Marina Moreira Santos Coelho Carvalho. E agora nós temos o quinto indicado, que é do Movimento Habitacional da região da Saúde, quem é indicado é Sheila Cristiane Santos Nobre. precisamos de três. Então, vocês precisam chegar num consenso e me falar quem são esses três. Então vamos para votação. Quem concorda com o David Carlos Silva, levanta a mão. **Sr. Sidney:** Temos que definir essa questão da eleição. Pelo regulamento são três membros e nós temos aqui quatro pessoas inscritas. Precisa ter um consenso para um sair e ficar três. **Sra. Mª Helena:** A Sociedade Civil a indicação é SINDUSCON, Carlos Alberto Azevedo. A indicação da Sociedade Civil Ambiente é Samira Rodrigues. E temos a indicação da OAB, que é Luciana Bedeschi. A pessoa tem que ter uma expertise para conduzir os trabalhos, não dá para faltar, vai ser pauleira. Já chegamos num consenso? **Sr. Aguiñaldo:** Vamos para votação. **Sra. Mª Helena:** Então, temos aqui quatro indicados: Instituto Social Nova Heliópolis, é o David Carlos Silva Garcia. O segundo é a Associação Nova Esperança São Francisco, quem está indicado é Ângela Maria de Amorim. A terceira indicação é a Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste, que é o Benedito Roberto Barbosa. A quarta pessoa indicada é pelo CIPROMP, que é a Marina Moreira Santos Coelho Carvalho. **Sra. Simone:** Sou a Simone da CIPROMP, Central de Inclusão dos Programas de Moradias Populares da cidade de São Paulo. Eu gostaria que para essa votação, no mínimo, fosse exposto a capacidade de cada um. Não faz sentido você escolher um nome porque o sobrenome é bonito. Então precisa sim. **Sr. Aguiñaldo:** Sua fala é discriminatória. **Sra. Simone:** Não. Está claro que é necessário alguém que saiba o que está fazendo. Vai lidar com o quê? Com a Secretaria de Habitação, uma pessoa que vem ajudar o grupo na Comissão. Então nós precisamos conhecer qual é a capacidade dessa pessoa. **Sra. Kátia:** Maria Helena, só uma pergunta, está

previsto o critério de capacidade? **Sra. Mª Helena:** Não, não está previsto o critério de capacidade. Não existe, são indicações. Mas o corpo da Comissão, a pessoa tem que ter uma expertise, não pode faltar, tem que ter uma responsabilidade, tem que ter um conhecimento porque nós vamos entrar... **Sr. Aguiñaldo:** Todas as associações que indicam alguém sabem da capacidade de quem está indicando. **Sra. Mª Helena:** É, a pessoa tem que ser responsável para aquilo que está indicando. Não existe uma capacitação. **Sr. Aguiñaldo:** Ou precisa de faculdade? **Sra. Mª Helena:** Não, não precisa. Mas aí vocês têm que chegar num consenso, gente, porque não dá para adiar mais essa Comissão, não. **Sr. Aguiñaldo:** Põe os nomes para votação. **Sra. Simone:** Essa indicação é por grupo? Porque eu estou entendendo que tem um grupo indicando duas pessoas. O que custa fazer a apresentação? Quando foi para eleger a Executiva, foi dessa maneira. Por que agora vai ser escolhido aleatoriamente? Então cada Executiva indica o seu. **Sra. Kátia:** Mas não tem nada a ver com a Executiva, Simone. Não é Executiva, não tem nada a ver. A indicação, tem que ser no movimento de moradia. Não tem Executiva, entendeu? O pessoal indica o Dito, porque o Dito participa de quase todas as Comissões Eleitorais, porque normalmente ele não compõe o Conselho. **Sra. Simone:** Agora, eu quero entender por que o Aguiñaldo está defendendo dois nomes. **Sra. ...** Não, ele indicou um, e eu indiquei outro. **Sra. Simone:** É o mesmo grupo. **Sra. ...** E não pode? **Sra. Simone:** Então eu também posso. **Sra. Kátia:** Simone, aí está errado o que você está falando. Que grupo? **Sra. Simone:** Desde da reunião anterior já havia indicação. Eu trouxe indicação, inclusive na mesma pessoa. E por que já que estavam tudo preparados? Por que agora essa pessoa não pode participar? **Sr. Aguiñaldo:** Vai para votação. **Sra. Kátia:** Quem é do movimento de moradia? Porque só vota quem é do movimento de moradia. **Sra. Mª Helena:** Então, vamos começar a votação, gente. David Carlos. **Sr. Sidney:** As pessoas que têm direito a voto, quem apoia o candidato David? Sete votos. **Sra. Mª Helena:** A outra indicação é Ângela Maria de Amorim. **Sr. Sidney:** Quem vota na Ângela? Levanta a mão, por favor. Oito votos na Ângela. **Sra. Mª Helena:** Benedito, quem vota? Nove votos do Dito. Agora Marina Moreira Santos. Levanta a mão, por favor. três votos. Então, quem vai fazer a parte da Comissão: David Carlos Silva, Ângela Maria de Amorim e Benedito Roberto Barbosa. São esses três vão fazer parte da Comissão. E da Comissão, da Sociedade Civil, os indicados de Carlos São Carlos Alberto, Samira, e o Nelson indicou Luciana Bedeschi. Então, está fechado. Poder público a presidente é a Cristina Pimenta, a Mônica e eu Maria Helena. **Sr. Sidney:** O poder público ainda vamos definir três nomes. **Sr. Benedito:** Vamos ter que escolher quem vai presidir a Comissão. **Sr. Sidney:** Sim, na próxima reunião já informa quem são os três nomes do poder público e quem vai presidir a Comissão. Vamos deixar acertado desse jeito? Tudo bem? **Sra. Mª Helena:** Tudo bem. **Sr. Sidney:** Então, por favor, deixa registrado dessa forma aí. Prosseguindo aqui agora, retomando a palavra à Mesa. Agradeço a todos aí pela colaboração. Apesar da divergência. É na divergência que temos que crescer. **Sr. Benedito:** Quer fazer uma pergunta. O senhor falou quem não é do Conselho pode fazer a pergunta e depois será feita a resposta. Eu estava lá na reunião do Conselho Municipal de Política Urbana agora. E levamos a mesma preocupação. Saiu uma denúncia essa semana na Folha de São Paulo, e saiu uma outra hoje. Falando sobre essa questão da indicação do setor privado, do setor imobiliário, que indicou mais de 240 mil apartamentos na cidade de São Paulo como apartamentos de HIS e interesse social. Mas estão vendendo os apartamentos a 400, 500 mil reais. Ou seja, 240 mil como HIS resolveriam grande parte do déficit habitacional de moradia da cidade. Então, a gente queria saber se o Conselho Municipal de Habitação poderia encaminhar como sugestão, e que essa questão seja a pauta do Conselho, para ver como é que nós vamos monitorar a indicação de apartamentos que são hoje aprovados como HIS aqui na Secretaria de Licenciamento. Eles assinam lá um termo de declaração, que vai fazer o apartamento para HIS, e depois coloca o apartamento a 500 mil reais. **Sr. Sidney:** Com relação a isso, podemos abordar esse tema em outros assuntos, e colocar aqui. Sem objeção nenhuma, sem objeção nenhuma. **Sr. Benedito:** São 246 mil apartamentos. **Sr. Sidney:** Perfeito. E o que acontece? A Secretaria de Habitação, quanto mais habitação e moradia tivermos, é bom, é benefício para gente. Quanto mais habitação, vamos atender o maior número de pessoas. Ocorre o seguinte. Se houve qualquer burla, não foi do município. Foi das empresas que se aproveitaram da brecha legal e aquelas que pagam o pato, beleza? Isso bem claro. Nós somos totalmente isentos disso aí. E nós temos, na verdade, que fiscalizar e exigir deles essa devolutiva para a sociedade. Isso aí você não pode ficar tranquilo. É o seguinte. É uma coisa que foi abordada lá no CMPU, porque é uma questão que afeta a área do municipal, de licenciamento e tudo mais. E nós, da baixa renda, fomos afetados. Por isso que a Secretaria de Habitação vai prover com todo rigor a fiscalização, beleza? Notificação deles, por quê? Quanto mais moradia tivermos, melhor para diminuirmos a nossa fila, a nossa demanda. Por favor, vamos seguir a ordem. Então, o item 4 é a apresentação da proposta de orçamento 2025 da Secretaria de Habitação. E esse é um momento muito importante que eu digo aos senhores. Por quê? Quando vamos lá na Câmara Municipal fazer a apresentação e pedir o recurso. Eu fui lá o ano passado e, assim, eu vi muita... Eu não posso precisar quem foi e quem não foi. Eu tenho que ser de forma imparcial. E tenho que ser muito verdadeiro com vocês. Mas, gente, é uma luta que temos que fazer em conjunto. Porque eu fui lá, na verdade, quando vamos lá é defender mais recursos financeiros para habitação, gente. Então, é importante que este Conselho tome ciência dessa importância, que as pessoas, que são do Movimento de Moradia nos fortaleça, nos ajude para poder ter mais recursos para habitação. Porque, se a gente não tiver mais recursos para habitação, temos menos regularização fundiária, menos urbanização de favelas, tem menos

produção habitacional, tem menos tudo. Então, é de extrema importância e relevância esse assunto orçamentário. Obrigado. Então, Queila, você tem a palavra aí agora, por favor. **Sra. Queila:** Bom, meu nome é Queila. Eu sou Diretora de Planejamento da Secretaria de Habitação. O que eu vou apresentar aqui para vocês, um pouquinho, é todo o planejamento orçamentário que fizemos na SEHAB. Este ano fizemos um pouquinho diferente do que estávamos acostumados, mas foi bem positivo. Tivemos várias discussões com todas as áreas, desde planejamento, projetos, regularização fundiária, serviço social, obras. E aí a gente foi criando as necessidades de cada área. E aí fizemos várias discussões e chegamos ao valor final. Que foi enviado para a Secretaria da Fazenda. Vocês vão entender um pouquinho mais para frente. Então, aqui, o Orçamento Público é o instrumento pelo qual o Governo estima as receitas fixas e as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais. Então, temos aí três momentos que fazemos o planejamento orçamentário. Então, temos o plano plurianual, BPA; as diretrizes orçamentárias, LDO, e o Orçamento Anual, LOA. Então, junto com tudo isso, temos o programa de metas, que fazemos o acompanhamento também, mensalmente, e essas metas também estão ligadas ao orçamento. Então, só para vocês entenderem um pouquinho, temos o programa de metas desde o governo, de 2021 a 2024, o plano plurianual, e aí temos a LDO e a LOA, que é feita normalmente. Estamos no período agora, em 2024, de fazer o orçamento de 2025. Então, nesse período agora, estamos em outubro, e agora estamos num momento em que vamos apresentar, o Secretário vai apresentar para Câmara a PELOA, o orçamento de SEHAB, que, se não me engano, vai ser dia 5. E onde vai ser, e aí depois vai ser determinado lá, qual o valor que vai ser o orçamento de 2025 da Secretaria de Habitação. Bom, então só para vocês entenderem um pouquinho como foi feito, fizemos aí uma coleta, classificação, sistematização de toda a demanda de necessidade, foi o que falei um pouquinho no começo. Então, com todas as áreas de SEHAB, mananciais, COHAB também. Análise das demandas, as prioridades e os parâmetros. Envio da proposta orçamentária, aí fazemos toda a consolidação, e depois a gente manda a proposta orçamentária para Secretaria da Fazenda. E aí, depois, a gente vem acompanhando a execução orçamentária, junto à DAF, Departamento de Finanças, da Secretaria de Habitação. Bom, então, estamos exatamente, só para vocês entenderem um pouco. Então, fizemos a coleta, a classificação, a sistematização, está ok. Análise das necessidades orçamentárias também já passamos. Pactuação interna das necessidades já foi executada. A elaboração do projeto de Lei Orçamentária, então, é SF e SGM. E a tramitação da PELOA 2025 no legislativo, que é o falamos, deve ser agora no início do mês de novembro. Aqui o orçamento cidadão, então, também a gente já passou pela recepção das propostas, priorização, análise de viabilidade, recurso, revisão do recurso, votação popular, a devolutiva ainda não iniciada e o monitoramento também. Então, agora vamos falar um pouquinho das necessidades de SEHAB. A gente dividiu um pouco o investimento por escopos, depois mais para frente, acho que vocês vão ver também separados. Então, aqui ações de apoio habitacional, administrativo, contrato de serviço, desapropriação, obras de provisão habitacional, obras de urbanização, projetos de provisão habitacional, projetos de urbanização, regularização fundiária e trabalho social. Então, só para vocês entenderem um pouquinho. Lógico que as duas maiores fontes, as duas maiores rendas é urbanização e provisão habitacional. 1.342 bi para urbanização e 1.280 bi para provisão habitacional. Aqui um pouquinho por escopos, só para vocês entenderem. Esse slide é bem importante porque ele vai mostrar, o que vocês veem ali meio verdinho, não sei se está dando para vocês enxergar direito, é a maior parte, esse bem grande fim na parte de urbanização e de provisão habitacional, um tanto de regularização fundiária e do trabalho social. Isso é o que está em andamento. Então, são valores que precisamos realmente para que as obras continuem em andamento, tanto de provisão, quanto de urbanização, de regularização fundiária e de trabalho social. Então, o cinzinho que tem um pedacinho pequenininho lá em urbanização, é o que ainda está em licitação. O a contratar é o azul. Então, vocês podem observar que a maioria do orçamento hoje de SEHAB é o que está em andamento. E o que já está também em licitação. O a contratar é o azul. E aí temos o laranjinha de pacote licitatório, e praticamente nada do que foi suspenso ou paralisado. Aqui um pouquinho das intervenções e dos valores separados por subprefeitura. Então, temos separado até 70 milhões, de 50 a 100, de 100 a 150, 150 a 200 milhões por área, por subprefeitura onde serão investidos esses valores. Aqui a análise da função. Aqui estamos mostrando para vocês o que está separado mais ou menos por Fundo. Então, temos separado SEHAB, COHAB, FMH e outros Fundos. Então, o orçado atualizado é 2024. Então, é esse valor de 6.905. O empenhado 3.354 e o liquidado 2.758. A gente ainda tem uma limitação, que deve ser feita agora no mês de novembro, de 1.100 bi da operação de crédito, que deve entrar ali no liquidado de 2024. Então, a gente deve ficar esse 2.758 com mais ou menos 4 bi de execução, 2024. E aqui a execução é orçamentária. Então, o orçado atualizado, aqui é um pouquinho só diferente, separado por SEHAB, COHAB, FMH e os outros Fundos. Pode passar. Os parâmetros de necessidades orçamentárias, também por órgão. Aí aqui, só para vocês entenderem um pouquinho, quais são as necessidades é o que está em verdinho. E os parâmetros que vieram da Secretaria da Fazenda é o que está em azul. É o que nos preocupa hoje com relação ao orçamento. Por quê? As necessidades de SEHAB, que a gente mandou na PEDLOA, é o que colocamos dentro do sistema para Secretaria da Fazenda. Então, esse valor aqui que eu passei para vocês, ele é o que está em verde. São as necessidades atuais de SEHAB. O que a Fazenda passou como parâmetro, seria o que está em azul, que é bem menor daquilo que pedimos. Então, o que está em laranjinha é o que está na pressão, que a gente chama.

Então, é o que ele está além, a diferença entre eles a gente coloca na pressão, que seria o que precisamos a mais do que a Secretaria da Fazenda já falou - isso eu vou disponibilizar para vocês. Então, acho que é isso, um pouquinho do que o Secretário falou de fazermos uma certa pressão, porque a SEHAB, aquele slide que eu mostrei para vocês, aonde a gente fala que o que já está em andamento, então a gente não pode paralisar aquelas obras que já estão em andamento, que é aquele slide verdinho. E esse orçamento que fizemos com necessidade. E aí, é isso que vai ser discutido na Câmara. Obrigada. Se tiver alguma pergunta. **Sr. Nelson:** Obrigado pela apresentação. E acho que a última é a mais importante. E aí, a minha pergunta é a seguinte. São 56 bilhões, é isso? Foi proposto? **Sra. Queila:** Você está falando do valor total que a SEHAB está solicitando? **Sr. Nelson:** Sim. **Sra. Queila:** É 3,5 bilhões de SEHAB, mais 3,5 bilhões de COHAB. **Sr. Nelson:** Não, o verde. **Sra. Queila:** O verde são as necessidades. **Sr. Nelson:** Quanto é? 56? **Sra. Queila:** Esses são os parâmetros. Deixa eu ver aqui. É quase 9. É porque COHAB pediu um valor a mais. Ele é 8.900, mais ou menos. **Sr. Nelson:** E aí a Secretaria da Fazenda está 3, é isso? **Sra. Queila:** Sim. **Sr. Nelson:** É que eu não estou conseguindo enxergar. **Sra. Queila:** Ele é 1.900 e alguma coisa. **Sr. Nelson:** Aí a minha pergunta é, do orçamento em geral que o Município tem, qual que é o valor do orçamento total? Para eu entender. **Sra. Queila:** Não sei te responder. **Sr. Nelson:** Porque assim, é uma pergunta essencial. Porque vamos reivindicar 8 bilhões, e o orçamento deve ser 3 trilhões, é uma coisa. O orçamento de 500 bilhões é outra. Então, eu acho que essa informação é importante para saber. **Sra. Queila:** O Secretário pode ser que saiba. **Sr. Nelson:** Precisa saber a grandeza e o quanto que é isso. O que é? É 0,001 o orçamento do município? É 1%? Isso não ficou claro. Tanto do que vocês estão pedindo, e de quanto que está sendo aceito. **Sra. Queila:** Sim, fornecer a informação para vocês, não sei, mas é importante. Sim, é importante. **Sra. Renata:** Oi, é uma dúvida. Você apresentou um slide, é análise das propostas, é a situação contratual por escopo. **Sra. Queila:** Eles fizeram uma pergunta sobre o valor da proporcionalidade da SEHAB com relação ao orçamento total da Prefeitura. Você sabe dizer o valor total da arrecadação? **Sr. Sidney:** A nossa arrecadação é da ordem de 112 bilhões de reais por ano. Aí você vê, se foi liberado 4, é em torno de 3,1% de orçamento para habitação, ok? Desse orçamento da habitação, entenda-se, é COHAB, Mananciais e SEHAB. É a Secretaria de Habitação como um todo. É isso? **Sra. Queila:** É isso. Obrigada. **Sra. Renata:** É nesse slide, só para tirar uma vírgula. Na parte da provisão habitacional. São as novas contratações, as obras que estão em andamento em verde. **Sra. Queila:** Sim. **Sra. Renata:** E as em amarelo são as que estão em pacote licitatório. Aqui é provisão habitacional. **Sra. Queila:** É provisão habitacional, sim. **Sra. Renata:** Então, para 2025 não haveriam novas contratações, não tem previsão. **Sra. Queila:** Não, na verdade, aqui temos até o que já foi contratado, porque tem coisa que está para ser pago em 2025. Então, algumas coisas que já foram contratadas, que estão para ser pagas em 2025, também estão no orçamento. Tem coisas da COHAB também, que também deverão ser liquidadas em 2025. Tem obras em andamento de SEHAB, de produção própria também. Então, aqui também está o Pode Entrar. **Sra. Renata:** Por exemplo, quem não contratou ainda, não contratou, mas está em prestes, via de. Ele está nessa conta para o ano que vem, não, não é? Quem não contratou ainda. **Sra. Queila:** Não, o que está aqui no Pode Entrar, o que COHAB colocou, porque é o valor que está previsto na COHAB, são os valores do que está sendo contratado agora, que foi contratado este mês, mês passado, e outro mês, e que vamos fazendo a liquidação para 2025. **Sr. Sidney:** Deixe-me só fazer um complemento aqui. Ajudar a Queila, um reforço, na visão da Secretaria e do Orçamento. Tem muitos projetos, inclusive, que foram aprovados, e aqui eles estão na fila. E eles carecem o quê? De recurso, para poder o quê? Entendi sua pergunta. Carecem o quê? De recursos para que possamos fazer novas contratações. Então, o que nós estamos discutindo aqui? É que no ano, acho que foi esse ano aqui, nós tivemos aprovado, foram 4 bilhões? Arredondando. **Sra. Queila:** Isso. **Sr. Sidney:** Mais ou menos, é 4 bilhões. E que nós estamos aqui fazendo um pleito de 8, 9 bilhões. Por que nós estamos fazendo esse pleito? Que nós tínhamos como meta, nossa meta 12 de habitação, pelo Pode Entrar, era contratar 49 mil unidades. Pessoal, nós contratamos 72 mil unidades. E ainda abrimos um edital para credenciamento das demais entidades ainda. E se as entidades, algumas, não foram contratadas ou estão em via de contratação, é porque tem alguma pendência de projetos. Entendeu? Por isso que pedimos para vocês poderem ter essa visão, que quando estamos falando de orçamento, nós estamos defendendo a entidade, a associação, a moradia. **Sra. Queila:** É, entidades está aí. **Sr. Sidney:** É, a provisão habitacional está aqui dentro. **Sra. Fátima:** Eu queria focar exatamente sobre isso, Secretário, porque assim, nós temos que defender esses que estão com a contratação, e lembrando que a COHAB abriu um novo edital. E não adianta também termos um novo edital aberto, com mais de 300 entidades que eu sei, está dentro desse edital, e depois não termos recurso para novas contratações. **Sra. Queila:** Sim, o Pode Entrar entidades está contemplado. **Sr. Sidney:** É, foi essa a pergunta que você fez. Se estão nesses valores. Então, vai estar, mas vai estar o quê? Sob pressão. Por quê? Via de regra o que o pessoal de finanças enxerga? Espera aí. Você pediu 4, mas você usou, empenhou, liquidou os 4? Tudo bem. Agora, imagine você, se eu não tivesse usado os 4, por que eu estaria pedindo 9? Se eu usasse 3? Você fala, espera aí, você não usou, nem gastou 3, nem contratou as moradias. O que aconteceu? O que eu estou falando para vocês. É que nós fizemos realmente um superávit de contratações em relação às metas. Por isso que nós vamos com a pressão na Câmara querendo mais recursos. **Sra. Renata:** Mas, Secretário, é uma questão mesmo só de representação, como aí em verdinho é o que estão em andamento; em amarelo que estão em

pacote licitatório, pela sua fala, eu estou entendendo que esses projetos que estão na boca de contratação, mas que ainda não contratados, formalmente não foram contratados, estão nesse escopo de recursos. **Sra. Queila:** Estão no escopo de recursos. **Sra. Renata:** É isso que eu estou falando. Foi feita uma pressão, estão nesse escopo. É isso? É essa a pergunta. **Sr. Sidney:** Nós previmos isso, sabemos isso. Por isso que falamos para vocês. Porque da outra vez lá, que eu fui lá na Câmara, pessoal, e muito sinceramente, eu até perguntei. Vocês são realmente de entidade, vocês são de moradias? Porque eu estou defendendo mais recursos. Em vez de eu obter apoio, o pessoal ainda me atacou, eu falei, eu não entendi nada. Eu falei, vocês são realmente do governo de moradia? Ajudem-me, estou pedindo mais recursos. É para habitação, é para todo mundo. **Sra. Vera:** Não foi nós, não. **Sr. Sidney:** Eu sei que não foi, eu falo de uma forma genérica aqui, como conselheiro e mente aberta. Então, nós estamos sendo bem razoáveis com vocês, e colocando, olha, tem quatro, foram quatro aprovados, nós estamos pedindo aqui quase que o dobro. Por que nós estamos pedindo o dobro? Porque nós sentimos que nós temos que dar continuidade na mesma velocidade, na mesma amplitude, e ampliar as contratações. **Sr. Nunes:** Só algumas coisas que não estão muito claras para mim, em relação ao último slide. O que vocês estão falando, então, o Secretário trouxe a informação agora que o orçamento passado para este ano foi aprovado quatro bilhões. **Sr. Sidney:** Aproximadamente. Três bilhões e alguma coisa. **Sra. Queila:** 3.700 e alguma coisa. **Sr. Sidney:** Nós estamos pedindo o dobro. **Sr. Nunes:** E aí a Secretaria pedindo 8.900 este ano, mas a Secretaria da Fazenda falou que tem dois. É isso? Era só assim, para entendermos a perspectiva. Pelo que estou entendendo, o projeto da Secretaria de ampliar os recursos. Mas, para além disso, aí uma outra questão, o espaço, chegar no meio caminho ali, cinco, seis, talvez. Enfim, isso é uma coisa. A outra é assim, na hora que estava fazendo a apresentação, eu fico sentindo um pouco de falta de alguns parâmetros. O que significa isso? Aprovar 2 bilhões ou 9 bilhões, significa quantas unidades? Em relação aos anos anteriores, estamos aumentando o orçamento da Habitação ou está estagnado? Esses comparativos, senti um pouco de falta. **Sra. Queila:** Bom, aqui dá para mostrar um pouquinho do que vem acontecendo, de 2021 para 2024. De 2021, orçamos 1.800 bi, empenhamos 1.100 bi e executamos um bi. Em 2022, orçamos 3.700, empenhamos 1.900 e liquidamos 1.500. Então, teve um crescimento aí de 50% entre 2021 e 2022. De 2023, já orçamos 5, empenhamos 3.480, e em 2023 executamos 3.258. Em 2024, orçamos 6.905, empenhamos 3.354 e aquele valor que eu falei para vocês de 2024 que está lá no liquidado, temos 1.100 ainda da operação de crédito que está agora em novembro, e mais ainda a liberação do mês de novembro e de dezembro, que ainda não está nesse valor. Então, vamos chegar próximo de 4.100 bi, mais ou menos, de execução. Então, vocês veem uma crescente de execução de 2021, em 2022 mais 50%, em 2023, 50% em relação a 2022, e aí um valor de 4.100 bi, mais ou menos, em 2024. Então, se fizemos um comparativo do que conseguimos executar em 2021, 1 bi, e em 2024, 4 bi, foi uma grande evolução na questão da execução orçamentária. Mais alguma pergunta? **Sr. Sidney:** Só fazendo um comentário aqui com relação a 2024, a linha de corte dele foi em setembro, é isso? **Sra. Queila:** Isso. **Sr. Sidney:** Nós temos ainda outubro, novembro e dezembro para fazer, ou seja, os 4 que fizemos. A minha sensibilidade como gestor, se eu executei mais do que 4, eu executei 100%, eu creio que naturalmente, gente, é até utopia eu falar para vocês o seguinte, vai ser aprovado os 9, não vai ser aprovado, é impossível, porque é um regime de pressão. Como que eu vou conseguir dobrar o meu potencial de produtividade e executar o dobro do orçamento? É muito difícil isso aí, mas eu creio que tem que ter um crescimento, eu olho assim. Cara, qual é o impossível? O que vamos conquistar junto? É 10%, é 15, é 20, enfim, é crescer, não podemos é regressar, essa é a mensagem. **Sr. Nelson:** Então deixa eu ver se eu entendi, hoje o orçamento está em torno de 4 bilhões. E a proposta que vai ser enviada para a Câmara está em 2 bilhões e meio. **Sra. Queila:** Esse aqui é o executado de 2024. **Sr. Nelson:** Eu sei, entendi, mas o que vai ser encaminhado como orçamento para 2025 é 2 bilhões e meio ou é 4? **Sra. Queila:** É 8. **Sr. Sidney:** É 8, é o dobro. **Sr. Nelson:** Não, que vai ser enviado para a Câmara. **Sr. Sidney:** Sim, perfeito. É 8. **Sr. Nelson:** Tinha entendido que a Secretaria da Fazenda não tinha aceitado os 8. **Sr. Sidney:** É uma demanda. **Sr. Nelson:** Fiquei confuso. **Sra. Queila:** Vou explicar. É assim, fazemos inicialmente, só para vocês entenderem o processo, inicialmente fazemos toda essa consolidação e manda para a Secretaria da Fazenda. A Secretaria da Fazenda volta um parâmetro para a gente, que geralmente é menor do que o que mandamos. Num segundo envio, a Secretaria da Fazenda, quando veio com a informação do que ia para a Câmara, ela aumentou um pouco o valor que ela tinha mandado inicialmente. Porém, não é perto do orçamento que enviamos. Então, no final, o que ficou? O orçamento que solicitamos é 8.900 mais ou menos, e a Fazenda deu mais ou menos 3.700 de parâmetro. O resto ficou na pressão. **Sr. Sidney:** Então, esse 3.700 é só fonte 00, Tesouro, porque nós temos outras fontes de Fundo. Isso que é importante a participação, e fazermos, porque nós estamos realmente brigando para fazer os 8.900, é na pressão. É isso? Os 3.700 é só fonte Tesouro 00 ou tem outras fontes? **Sra. Queila:** É separado. Deixe-me ver se está aqui por Fundo. Deixa eu ver aqui. Bom, está vendo? Esse primeiro parâmetro que veio de SF foi o primeiro. Esse está com 1.947. Eles aumentaram depois agora nessa segunda revisão, que é o que vai para a Câmara. Aí as necessidades estão 8.904. Está separado, FMSAI, tem um tanto de SEHAB e FUNDURB, COHAB e FMH. Mais uma pergunta? **Sr. Nelson:** Só para realmente entender, porque o FUNDURB não vai ser aprovado na Câmara. Ele já é um recurso do Fundo. **Sr. Sidney:** Perfeito. **Sr. Nelson:** Então, o que vai ser enviado, ou o que já foi enviado, é o orçamento próprio. Então, ali, pelo que eu entendi da

última fala de vocês, tem 3,7 bilhões, que está para ser aprovado na Câmara e que a ideia é tentar aumentar mais. É isso? Só para ficar claro. **Sr. Sidney:** É. O pedido é 8.900 porque contemplamos um monte de intervenções. Contemplou mais contratações, contemplou mais urbanização de favelas, mais regularização fundiária. Esse é o nosso pedido. Ai, vai-se discutir o quê? Em função do orçamento. E quando temos essa posição? É depois que temos na verdade uma expectativa de superávit na arrecadação de receita. Porque, na verdade, o que estamos propondo são as nossas demandas. Está aqui, olha. Essa é a demanda da Secretaria. Mas aí, o que acontece? A gente pode sofrer um contingenciamento. Por isso que é importante que a gente não regreda do valor. Que a gente tenha essa expectativa de aumentar. **Sr. Nelson:** E a Secretaria já formalizou esse pedido. Não é? **Sr. Sidney:** Sim. **Sr. Nelson:** E seria possível pensar o Conselho, se pronunciar, nesse sentido, para levar para a Câmara? **Sr. Sidney:** Seguindo o fluxo e a ordem das coisas. Eu não sei se a Queila apresentou, mas assim, eu não sei se vocês têm experiência em orçamentário. Mas assim, nós estamos vindo aqui fazendo esse informe para alguns dos conselheiros, para que tenhamos noção de onde estamos com relação ao recurso financeiro. Esse ato de orçamento, é um orçamento que quem delibera é a Câmara Municipal através da votação e tal, tudo mais. Então, o que é importante, vai ter apresentação na Câmara, pedimos o apoio de todo mundo para que a gente participe, temos que apoiar, nós não podemos regredir na pauta habitacional. Está certo? E é isso que vamos fazer. **Sr. Nelson:** Então, Secretário, uma coisa é irmos lá como conselheiro, militante, assessor, consultor, como relator. A outra coisa é quando o orçamento do Conselho da Cidade de São Paulo para os vereadores, que querem, que tenha um montante de 8 bilhões, seilhe o quê. **Sr. Sidney:** Por isso que lá na Câmara vai ter a parte de inscrição. Ai os senhores, como conselheiros, se inscrevem. Eu sou conselheiro e tal. E realmente, na verdade, nós apoiamos esse trabalho. **Sra. Kátia:** Secretário, ele está pedindo formalizado. Ele quer formalizar a Câmara Municipal que existe... **Sr. Sidney:** Pode ser, é uma boa ideia. Mas não parte do Conselho, fala que são os conselheiros das entidades, das organizações. **Sra. Kátia:** Na realidade dos membros do Conselho, da Sociedade Civil organizada e do movimento de moradia. **Sr. Nelson:** Mas, por exemplo, a minha pergunta é assim. Estou falando isso porque deve ter algum instrumento aqui de uma moção, resolução, seja lá o que for, que possa sair do Conselho para os vereadores, não pode? **Sr. Sidney:** Na verdade, é o seguinte. Orçamento, recursos financeiros, senão toda a Secretaria vai pedir. O que nós temos constitucionalmente, gente? É recurso carimbado para a saúde e educação, beleza? As demais pautas, são pautas que colocam as necessidades e aí são avaliadas as prioridades. Tanto prioridade de ordem de governo, tanto a prioridade de projetos, enfim. O que nós falamos? Isso é muito importante. Até no último pronunciamento que eu fiz na Câmara, eu defendo, inclusive, que a habitação, assim como saúde e educação, deveria ter dado à questão habitacional, e nós temos um grande déficit, é ter um valor estipulado, um percentual fixo, porque temos essa segurança. Porque todo ano, em termos orçamentários, quando vamos lá fazer exposição, ficamos com a boa parte do orçamento realmente na pressão. Quando falamos na pressão, é o seguinte, é aquilo que está além do que foi estabelecido. Então, estamos na briga pelo recurso para colocar em habitação. Ok? **Sra. Vera:** Eu pedi a palavra, a respeito dessa questão do orçamento. Entendi, Nelson, a sua proposta. Eu penso que nós, conselheiros, poderíamos escrever uma moção - "Nós, Conselheiros de Habitação, vimos através desta..." Todos os conselheiros, as entidades, assinar e encaminhar para a Câmara. Acho que é isso. **Sr. Sidney:** É legítimo, isso é legítimo. **Sra. Kátia:** Para a Presidência, Verinha. Encaminha para a Presidência. **Sra. Vera:** Fazer esse documento coletivo. Acho que isso é uma coisa, assinamos esse documento enquanto conselheiros, as entidades, a Sociedade Civil, todos. Isso é uma coisa. Além disso, podemos encaminhar para a Presidência da Câmara, para as bancadas, bancada dos partidos. **Sra. Kátia:** Pode ser os vereadores, a Presidência da Comissão de Orçamento e Finanças. **Sra. Vera:** Se fomos na liderança dos partidos, na Presidência da Câmara. Acho que ninguém aqui está discutindo partido, mas temos que dialogar com todo mundo, vamos lá, quem pode ir lá. Isso é uma coisa. E a outra questão é a questão das audiências mesmo. Então a União sempre mobilizou, nós sempre estivemos juntos, a gente mobiliza mesmo, e isso é de anos. Eu acho que temos que ficar atento aí, porque sabemos que essas votações não acontecem quando queremos. É sempre na caladinha da noite. E sabemos como que funciona. É isso. **Sr. Sidney:** Pessoal, sobre o orçamento, tem mais alguma palavra aí? Algum conselheiro quer fazer alguma manifestação? Quer complementar, o senhor? **Sr. Nelson:** Vou só colocar como que eu entendo essa questão. Uma coisa, concordo, acho que pode ser feito isso, 50 conselheiros assinarem um documento. Mandar para todos, vereadores, tudo isso. Mas outra coisa é o Conselho. E acho que existe uma relação. Tudo bem, o Conselho é vinculado ao Poder Executivo, sim, é um órgão colegiado, mas acho que ter alguma manifestação. Talvez de que é preciso, o Conselho entende que para próxima gestão é preciso ter um valor tal, porque isso implica em aumento de várias outras atividades, recursos, obras, tal, tal e tal, e isso ser comunicado, ter essa preocupação do Conselho para os vereadores, por que é necessário ter 8 bilhões. Eu não vejo que vá atrapalhar em nada a outra iniciativa. Só estou colocando isso para vocês pensarem, que vocês estão liderando, mas eu acho que enquanto na instância, que é o Conselho da Cidade de São Paulo se pronunciar da preocupação de que precisa ter mais recursos habitacional na cidade, eu não veria nenhum prejuízo do processo que vai ter lá de negociação, de interlocução da Secretaria, dos conselheiros e outras articulações que deverão ser feitas. Só isso. **Sr. Sidney:** Sem maiores prejuízos, entendo como positivo e salutar a gente ter essa manifestação dos conselheiros. Só não podemos fazer aqui uma resolução com o fiscal sobre isso aí ou

colocar percentual lá no orçamento, isso não pode, isso é ilegal. Tem que conviver em harmonia com os poderes. Aí tem o poder, a Câmara Municipal, eles que na verdade manejam o orçamento, mas compete a gente o quê? Como conselheiro aqui, como membro ativo do movimento de moradia, realmente fazer essas manifestações, que entendo ser positivas. Isso vai nos ajudar. Estou colocando para vocês que a nossa preocupação, enquanto Secretário de Habitação, é crescer e ter mais recursos para aplicar mais. Isso é a coisa que, assim, é a pauta que é interessante para todos nós. Nós temos que ter mais moradias. Então, vamos trabalhar juntos. Essa é a fala aqui para finalizarmos essa questão orçamentária. Agora temos outros assuntos. **Sra. Samira:** Secretário, só uma questão. É que estamos recebendo umas reclamações sobre a questão do Jardim Panorama, que é uma área que já tem uma questão longa lá. Foi uma demanda que demorou bastante tempo para conseguir entrar na área, mas ela já está lá há mais de dois anos. E a população está pedindo há bastante tempo que seja enviado ao Conselho Gestor ZEIS, e foi até convocada uma reunião lá com o social na semana passada, se não me engano. E a SEHAB deixou muito claro que não vai haver esse Conselho Gestor agora. Pôs um monte de questão, de falta de pessoal para fazer. E prorrogou, querendo iniciar esse processo só para Janeiro. Mas a gente sabe, existe uma regulamentação que qualquer intervenção de urbanização precisa antes ser criado o Conselho Gestor para que a população participe. Então eu queria saber se tem uma explicação sobre isso, ou se poderia encaminhar alguma questão nesse sentido. E assim, vou dizer que os técnicos, eu acho uma postura muito equivocada de ter colocado que esse processo já é feito porque os técnicos já conversam com a população, mas sabemos que é um direito a criação do Conselho de Gestor. Não precisamos ficar pedindo, solicitando, e nem que sejam criadas outras formas de participação. Se é um direito, é um direito. **Sr. Sidney:** Ok, então eu vou aqui só fazer o encaminhamento da Mesa, para depois voltar com a resposta para você que, assim, de imediato, eu não tenho. O que eu só tenho a considerar para você é o seguinte, que lá é um objeto de uma ação civil pública. Lá tem um risco iminente de incêndio por causa dos eucaliptos e que estamos preparando uma intervenção por causa desse risco, porque os fios estão lá dos eucaliptos. Então tem um sério risco aí realmente de incêndio. Aí o que eu pedi de forma responsável, é que, eu juntei o pessoal da Subprefeitura, juntei o meu pessoal do social, o pessoal de obras da Secretaria e Projetos, vão lá em campo, constatem a situação e façam o cronograma, porque eu não quero correr o risco de ter qualquer tipo de incêndio nessa área aí, e a gente ceder idas. Então a preocupação é a seguinte, é só no cumprimento de alguma ordem, já uma sentença judicial, já transitou em julgada, estamos só se referindo com relação às áreas dos eucaliptos. Agora assim, eu entendo que obviamente tem toda formalidade, o rito aí para formar o Conselho de ZEIS. E aí eu vou submeter aqui, e depois volto na próxima reunião com essa resposta para vocês, está bom? Pode ser? **Sra. Samira:** Sim, isso. Mesmo que seja uma questão de risco, o Conselho Gestor já poderia ter sido criado há muito tempo. Porque essa demanda já está há muito tempo, a SEHAB já na área há pelo menos uns dois anos, e já sabe do risco iminente, a população já pede a participação e é isso. **Sr. Sidney:** Perfeito. É que assim, essa área aí teve divergência de número de famílias e qualificação dos ocupantes, aumentou o número de famílias depois de uma selagem. Então tivemos que submeter esse processo, porque assim, não tiramos a pessoa dali e vai colocar em um auxílio aluguel, que nem ficou o dinheiro da operação urbana. sem que tenhamos certeza que são aquelas pessoas. E de repente cresceu o número de pessoas. A gente teve que submeter esse processo somente à análise jurídica. Por quê? Como gestor, se eu assino um negócio desse eu respondo mais na minha vida, entendeu? Então é preciso, sim, as pessoas vão sair dali com atendimento habitacional definitivo, e serão incluídas no auxílio aluguel. Então estamos cumprindo o rito legal. Agora, a minha preocupação é a seguinte, é por que que demorou? E até que assim, da nossa parte, enquanto eu estou lá, nesse período aqui que eu estou lá há um ano, eu fiz enfrentamento sim dessa pauta porque eu estou vendo que a pauta já se arrastava há algum tempo e ninguém dá uma solução. Então foi onde consegui chegar, é esse ponto que eu estou falando. E com relação ao Conselho ZEIS, eu não sei qual é a resposta ainda do social. Mas aí vou chamar, vou submeter à mesa, ele vai convocar o pessoal para vir dar uma satisfação para a gente. **Sra. Samira:** Posso pedir um favor? Porque as nossas reuniões são bimestrais. Se fomos esperar uma resposta disso, que já está atrasado em dois anos, esperar mais dois meses, acho que é muito demorado, a população já está realmente se movimentando para entrar na Defensoria, de fazer uma ação mais forte. Então, será que isso poderia ser enviado por e-mail? **Sr. Sidney:** Então, acho que já tem um pedido de e-mail ou alguma coisa. Não sei detalhe. Por isso tem que submeter à Mesa, e depois pegamos lá o nosso contato, manda lá um e-mail para que possamos convocar o pessoal da área técnica para poder marcar uma reunião com você lá. **Sra. Samira:** Já marcou, falaram que não vai iniciar agora. Se tudo der certo, iniciam em janeiro. **Sr. Sidney:** Você já teve essa reunião lá na Secretaria? **Sra. Samira:** Já. A Secretária foi bem clara lá, e ainda colocaram essa posição de que a gente já faz o trabalho. **Sr. Sidney:** Quem foi a Secretária? **Sra. Samira:** Foi a Vanessa Padiá, foi representando a área projeto. **Sr. Sidney:** Depois eu até vou me inteirar do assunto, e depois até para dar um retorno. Depois pega aí, anota aí. **Sra. Mônica:** Você não quer ganhar um e-mail com essa solicitação? E a gente, de repente, para agilizar, formaliza uma reunião interna? **Sr. Sidney:** Eu tenho o maior prazer de receber lá a pauta e tentar defender e buscar uma solução. **Sra. Samira:** Obrigada. **Sra. Fátima:** Secretário, eu só queria, dentro dessa reunião que estamos colocando para discutir aquela pauta da questão da Portaria do idoso, gostaria também se fosse possível colocar dentro o Decreto 63088, que é um Decreto de comercialização de imóveis. Mas se puder já colocar para já

discutirmos isso junto, acho muito importante. **Sra. Kátia:** Acho bom separar as pautas, porque isso que ele está colocando é por conta de uma resolução que foi revogada por meio de um decreto. **Sra. Fátima:** Exatamente, por esse decreto. **Sra. Kátia:** Eu vou dar uma analisada na resolução que foi revogada, porque todas as resoluções revogadas incorporaram o Decreto 63088. Estou estranhando um pouco não contemplar a Resolução 51, porque nós incorporamos, inclusive a própria 132. A própria Resolução 132, que criou o Programa Pode Entrar, ela também foi incorporada ao decreto. É, mas não está contemplando a questão da comercialização. **Sra. Kátia:** Ele explicou isso. O que eu vou fazer, se você me permitir? Eu vou fazer o levantamento, fazer as comparações entre os dois, e aí eu vou pedir para chamar reunião com você, pode ser? **Sra. Fátima:** Sim. **Sra. Kátia:** Só para eu dar uma olhada primeiro com a equipe de COHAB. Pode ser? **Sra. Fátima:** Está bom. Obrigada. **Sra. Vera:** Tem meses de um projeto, que desde 1999, que é o Recanto da Felicidade, que o pessoal está aqui, o presidente, o tesoureiro. No mês de junho pedimos uma reunião, até tivemos uma reunião com o João Cury. Esperava o Nilson hoje, que infelizmente não está. Então, queria ver a possibilidade de a gente ter esse orçamento dizendo tudo, o Dito está aqui. Mas pedir até o apoio dos conselheiros para que na próxima reunião. A gente faz uma resolução para aprovar a conclusão e a comercialização. Porque eles querem comercializar. E é dinheiro que nós estamos perdendo, não é muita grana que falta, pouca coisa que tem que ser feita, eles têm pedido para mim, imagina, gente, 1999, 25 anos. Então queria pedir o apoio dos conselheiros. Apresentamos uma resolução para no próximo pleno a gente aprovar. **Sr. Sidney:** Verinha, manda aí então o comunicado lá para a mesa, por e-mail, para formalizar. É porque estamos aqui tocando outros assuntos, mas não tem nem quôrum mais. Então, por regramento, manda para lá que vamos apreciar. **Sra. M<sup>o</sup> Helena:** Mas, Verinha, manda, faz ofício, alguma coisa. **Sr. Sidney:** Manda oficialmente. **Sr. Nelson:** O Secretário, sobre aquele assunto que o Dito trouxe para cá. Sei que não tem Mais quôrum, mas eu ia fazer uma sugestão, que pode ser uma ou outra. Poderia convidar os colegas do Ministério Público para vir aqui para colocar como é que está essa situação, dessa essa investigação toda sobre esses imóveis, que eu acho que é importante. Até porque, provavelmente, vão fazer algum termo de ajuste de conduta com essas empresas, e poderíamos, talvez, fazer algumas contribuições, sugestões. A segunda, se não for possível, talvez então, pedir uma reunião para ter um grupo de conselheiros que vá junto à Secretaria para entender melhor, eles exporem para nós. Porque acho que vai ser importante contribuímos para esse processo considerando que toda a responsabilidade que estamos aqui, está no Ministério Público. **Sr. Nunes:** É sobre esse mesmo assunto, porque isso foi uma denúncia que apareceu agora, chegou na mídia nesta semana. Mas é um assunto que já é bastante conhecido. Porque tem um problema na política. Porque estamos passando para o mercado desenvolver a política de habitação social, com esses imóveis comercializados pelas empresas privadas. E aí eles fazem essas coisas. Depois a própria Secretaria não tem condições de fiscalizar isso, porque 240 imóveis. Então, acho que tem uma necessidade da gente mesmo, com o Nelson, com o Dito, se debruçar um pouco, discutir com os técnicos, como é possível formatar melhor essa política, essa lida com a política de habitação social, produzida pelo mercado, não produzida pela Prefeitura. Era isso. **Sr. Sidney:** Concordo com você, tem que aperfeiçoar esses mecanismos de controle, de fiscalização. Não adianta só ter a lei, temos que aperfeiçoar os mecanismos para poder fiscalizar realmente. Pessoal, agradeço a participação de todos vocês. E assim, sempre me coloco num debate amplo e procuro receptionar, até as críticas para mim são bem-vindas, porque eu cresço muito com as críticas, e procuro melhorar como pessoa no meu dia a dia. Então, se de alguma forma me equivoquei com alguém, peço minhas desculpas, mas tenho certeza que fui mais racional possível, e também fiz as minhas ponderações. Muito obrigado e que Deus abençoe todos vocês. A Mesa tem um comunicado importante. **Sra. M<sup>o</sup> Helena:** Conselheiros, a reunião do dia 12 nós não conseguimos o auditório para fazemos a plenária. Nós conseguimos no dia 17, nós vamos passar um comunicado que alterando do dia 12 para o dia 17 de dezembro. **Nada mais havendo a tratar Senhor Sidney Nery encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.**

## COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Documento: [108964740](#) | Despacho indeferido

6014.2024/0000930-9 - Requerimento de Certidão de Consulta Prévia

Interessados: RICARDO VEIGA NETO

Despacho indeferido

Em face dos elementos constantes deste processo SEI e considerando:

I - A solicitação do Sr. Ricardo Veiga Neto, para emissão de certidão de consulta prévia visando a aplicabilidade do procedimento de REURB;

II - Que a área de interesse está inserida no processo administrativo 1992-0.002.314-2;

III - Que o requerente poderá tratar da regularização fundiária neste processo já autuado 1992-0.002.314-2, que se encontra atualmente em SEHAB/CRF/DAC (telefone para atendimento 3322-4584);